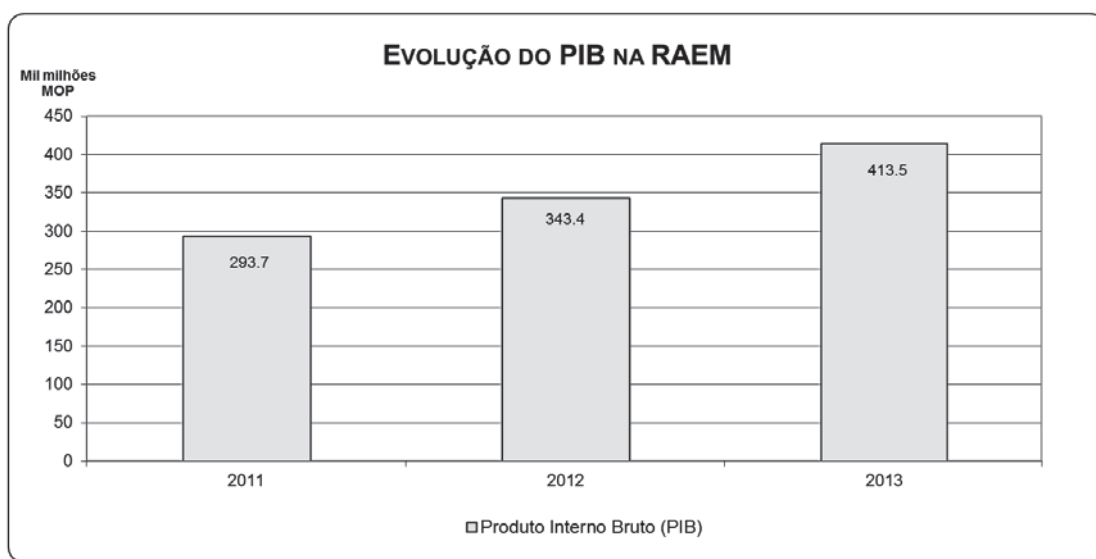


Introdução

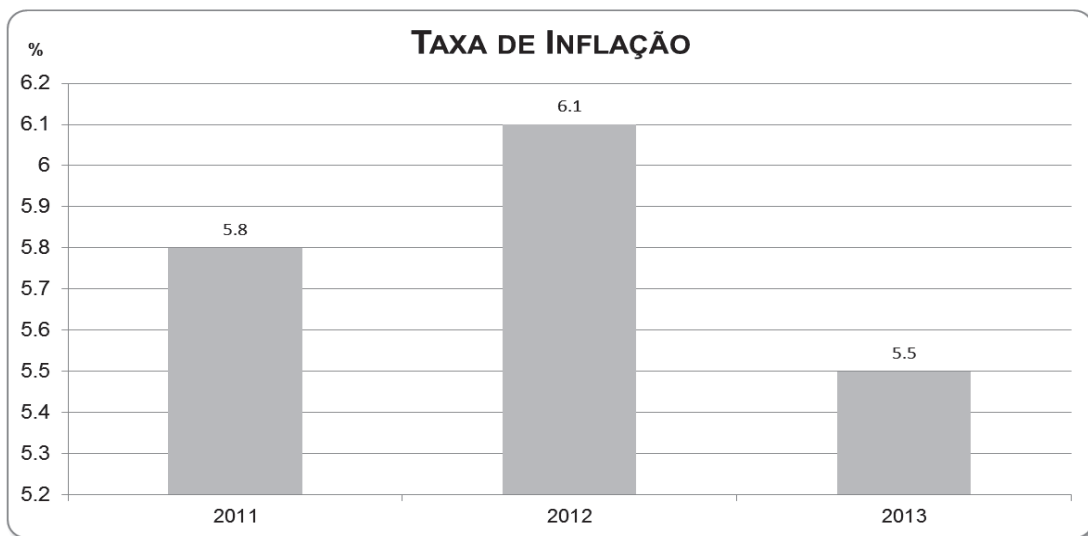
A economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) registou durante o ano de 2013 uma tendência de crescimento económico, confirmada pelos principais indicadores macroeconómicos.

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o Produto Interno Bruto (PIB) de 2013, a preços correntes, foi de 413,5 mil milhões de patacas, como é visível no seguinte gráfico. A taxa de variação real do PIB, em 2013, foi de 11,9%.



Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos

Para uma real noção do crescimento das receitas e das despesas públicas deve ter-se em conta a taxa de inflação. A taxa de inflação (medida pelo índice geral do Índice de Preços do Consumidor) atingiu o valor médio anual de 5,5% em 2013.



Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos

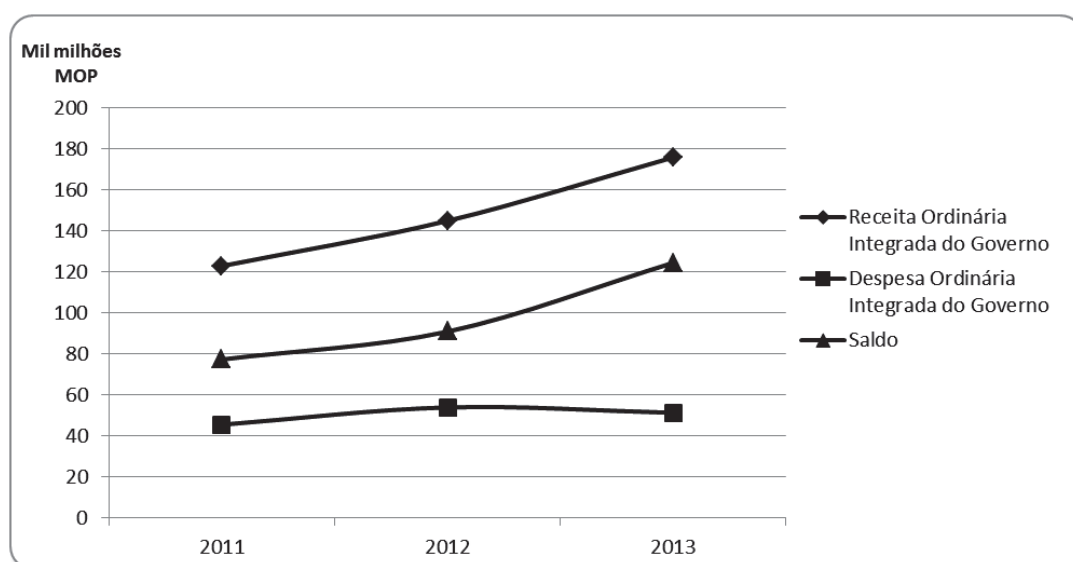
Durante o ano de 2013 as receitas brutas do jogo, que alcançaram um novo máximo histórico, ascenderam às 361,9 mil milhões de patacas, uma subida de 18,6% face ao ano de 2012. O aumento das receitas brutas do jogo reflecte-se no crescimento das receitas fiscais e, consequentemente, da Receita ordinária integrada do Governo.

A Receita ordinária integrada do Governo averbou um acréscimo de 21,3% em 2013, totalizando 175,9 mil milhões de patacas. A Despesa ordinária integrada do Governo por sua vez teve uma ligeira redução de 4,9% perfazendo um total de 51,4 mil milhões de patacas, o que se traduz num saldo do exercício de 124,5 mil milhões de patacas, conforme ilustrado na seguinte tabela e respectivo gráfico.

Receita e Despesa Ordinária Integrada do Governo da RAEM

	2011	2012	2013
Receita Ordinária Integrada do Governo (milhões de patacas)	122,972	144,995	175,949
Despesa Ordinária Integrada do Governo (milhões de patacas)	45,593	54,013	51,389
Saldo (milhões de patacas)	77,379	90,982	124,561
Taxa de variação da Receita Ordinária Integrada do Governo (%)	39.0%	17.9%	21.3%
Taxa de variação da Despesa Ordinária Integrada do Governo (%)	18.8%	18.5%	-4.9%
Taxa de variação do Saldo (%)	54.5%	17.6%	36.9%

Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças



Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças

Como podemos verificar na tabela seguinte, a Receita ordinária integrada do Governo medida em termos do PIB assume um valor mais ou menos constante nos últimos anos, sendo de 42,6% em 2013. A Despesa ordinária integrada do Governo em termos do PIB foi de 12,4% em 2013.

Relação entre a Receita e Despesa Ordinária Integrada do Governo da RAEM e o PIB

	2011	2012	2013
Receita Ordinária Integrada do Governo / PIB (%)	41.9%	42.2%	42.6%
Despesa Ordinária Integrada do Governo / PIB (%)	15.5%	15.7%	12.4%
Saldo / PIB (%)	26.3%	26.5%	30.1%

Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças

1. Execução do Orçamento ordinário integrado do Governo

O Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) do ano económico de 2013 desagrega-se em duas partes: «Orçamento ordinário integrado do Governo» e «Orçamento dos Organismos especiais». O primeiro é elaborado segundo a contabilidade com base no regime de caixa, para o qual foram excluídos os Organismos especiais referidos no n.º 1 do artigo 70.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública, adiante designado por RAFP), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009.

Este capítulo refere-se à execução orçamental do «Orçamento ordinário integrado do Governo», enquanto a execução orçamental do «Orçamento dos Organismos especiais» é referida no capítulo II do presente relatório.

Paralelamente, a fim de clarificar a natureza dos dados constantes neste relatório, procede-se à definição dos seguintes termos frequentemente utilizados:

Orçamento inicial – Receitas e despesas orçamentais constantes do Orçamento do Ano Económico de 2013, aprovado pela Lei n.º 17/2012;

Orçamento autorizado – Orçamento final resultante das alterações orçamentais, bem como dos orçamentos suplementares efectuados nos termos do n.º 2 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 347/2006;

Receitas efectivas – Receitas cobradas e arrecadadas no período compreendido entre 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013;

Despesas efectivas – Envolve as despesas pagas, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Janeiro de 2014, por conta da dotação do orçamento de 2013 (incluindo a caixa e os cheques levantados);

Taxa de execução – Rácio entre a receita/despesa efectivas e o Orçamento autorizado;

Sector Público Administrativo – compreende os Serviços integrados, Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa (designados também por Serviços com autonomia administrativa) e Serviços e organismos dotados de autonomia financeira (designados também por Organismos autónomos), não incluindo, contudo, os Organismos especiais.

Orçamento ordinário integrado do Governo – Este é elaborado de forma integrada e reflecte o resultado integrado do exercício de todo o Sector público administrativo da RAEM; Aquando da sua elaboração, as transferências orçamentais inter-serviços públicos das receitas e despesas do mesmo ano são mutuamente eliminadas, a fim de evitar que as receitas e despesas internas associadas a transferências internas, provoquem uma visão inflacionária do total da receita e da despesa.

1.1 Orçamento ordinário integrado do Governo

Resumo

A receita do Orçamento autorizado de 2013, foi de 135 364 349 milhares de patacas, apresentando um acréscimo de 6 769 852 milhares de patacas em relação ao Orçamento inicial de 128 594 497 milhares de patacas. Do qual, 6 472 867 milhares de patacas resultaram da integração dos saldos excedentários do ano de 2012 no orçamento de 2013, efectuada pelos Organismos autónomos através do primeiro orçamento suplementar, nos termos dos artigos 42.º, 43.º e 68.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 - «Regime de administração financeira pública», com as alterações introduzidas pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009.

A receita ordinária integrada do Governo de 2013 averbou um total de 175 949 331 milhares de patacas, representando um aumento de 30 954 788 milhares de patacas face ao ano de 2012, com um peso de 21,3%, o qual foi influenciado sobretudo pelo capítulo “Impostos directos”, cujas receitas provenientes do “*Imposto de jogos de fortuna ou azar*” registaram um acréscimo de 19 738 183 milhares de patacas relativamente ao ano de 2012. A segunda subida mais elevada registou-se igualmente nas receitas correntes, neles se destacando as “Transferências”, que averbaram 1 283 547 milhares de patacas face ao ano transacto e que provieram essencialmente das contribuições da indústria do jogo para o desenvolvimento urbanístico, da promoção turística e da segurança social.

As receitas do capítulo “*Receitas de capital*” evidenciaram um acréscimo de 8 605 099 milhares de

patacas comparativamente ao ano de 2012, o que se deve principalmente ao aumento dos saldos de Gerência considerados receitas dos Organismos autónomos, de acordo com o «Regime de administração financeira pública», na ordem de 4 586 918 milhares de patacas, seguido do aumento da venda de habitação pública, com mais 3 898 520 milhares de patacas do que no ano de 2012.

A despesa do Orçamento autorizado de 2013 ascendeu a 85 388 599 milhares de patacas, aumentando em 7 402 852 milhares de patacas face ao Orçamento inicial de 77 985 747 milhares de patacas, do qual, 6 472 867 milhares de patacas resultaram da integração na rubrica “*Dotação provisional*” das despesas orçamentais, dos saldos excedentários do ano de 2012, efectuada pelos Organismos autónomos através do primeiro orçamento suplementar, nos termos do «Regime de administração financeira pública».

A Despesa ordinária integrada do Governo de 2013 totalizou 51 388 612 milhares de patacas, o que representa um decréscimo de 4,9%, no valor de 2 624 011 milhares de patacas em relação ao ano de 2012.

No capítulo “Despesas correntes”, verificou-se um valor global de 42 090 127 milhares de patacas, nele abrangendo as despesas com as diversas medidas de apoio económico e de atribuição de subsídios, como por exemplo: o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Plano do subsídio para o consumo de electricidade, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, a injeção de capital em cada conta do «Regime de Previdência», etc.

O saldo integrado de 2013 totalizou 124 560 718 milhares de patacas, no qual, os saldos orçamentais dos Serviços centrais e dos Organismos autónomos posicionaram-se, respectivamente, em 96 284 738 milhares de patacas e 28 275 980 milhares de patacas. O saldo dos Serviços centrais

encontra-se contabilizado na reserva financeira, nos termos do «Regime Jurídico da Reserva Financeira», publicado pela Lei n.º 8/2011.

Execução do Orçamento ordinário integrado do Governo

	Notas	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Dados efectivos	2013 Execução (%)
<u>Receitas</u>					
Receitas correntes					
Impostos directos	1	99,487,380	99,488,199	132,391,803	133.1
Impostos indirectos	2	4,199,932	4,324,637	5,521,296	127.7
Taxas, multas e outras penalidades	3	1,313,207	1,328,610	1,973,258	148.5
Rendimentos da propriedade	4	1,749,739	1,749,739	3,356,447	191.8
Transferências	5	5,662,774	5,818,831	7,807,249	134.2
Venda de bens duradouros	6	1,365	1,365	2,381	174.5
Venda de serv. e bens não duradouros	7	1,074,017	1,074,017	1,154,778	107.5
Outras receitas correntes	8	268,331	268,331	359,973	134.2
Total das receitas correntes		113,756,744	114,053,729	152,567,185	133.8
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	9	2,791,324	2,791,324	4,681,351	167.7
Transferências	10	1	1	0	0.0
Activos financeiros	11	279,191	279,191	369,841	132.5
Outras receitas de capital	12	11,748,266	18,221,134	18,221,134	100.0
Rep. não abatidas nos pagamentos	13	18,971	18,971	109,820	578.9
Total das receitas de capital		14,837,753	21,310,620	23,382,146	109.7
Total das receitas		128,594,497	135,364,349	175,949,331	130.0
<u>Despesas</u>					
Despesas correntes					
Pessoal	14	14,666,954	14,633,774	13,353,075	91.2
Bens e serviços	15	11,309,769	11,566,457	8,473,901	73.3
Transferências correntes	16	19,815,821	21,966,905	18,344,228	83.5
Outras despesas correntes	17	7,058,811	12,200,094	1,918,924	15.7
Total das despesas correntes		52,851,354	60,367,231	42,090,127	69.7
Despesas de capital					
Investimentos	18	18,466,559	18,811,621	7,711,450	41.0
Transferências de capital	19	122,050	128,050	59,806	46.7
Operações financeiras	20	6,265,784	6,078,717	1,527,228	25.1
Outras despesas de capital		280,000	2,980	0	0.0
Total das despesas de capital		25,134,393	25,021,368	9,298,485	37.2
Total das despesas		77,985,747	85,388,599	51,388,612	60.2
Saldo integrado do exercício		50,608,750	49,975,750	124,560,718	-

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

1. Impostos directos

Os “Impostos directos” detiveram 86,8% das receitas correntes, representando 75,2% do total da Receita ordinária integrada do Governo. As receitas efectivas das várias rubricas deste item superaram as efectivamente cobradas em 2012, repartindo-se, mais significativamente, pelas seguintes rubricas:

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto de jogos de fortuna ou azar	(a)	94,450,000	94,450,000	126,578,869	106,840,686	134.0
Imposto complementar de rendimentos	(b)	3,088,000	3,088,000	3,501,203	3,141,186	113.4
Imposto profissional	(c)	1,143,000	1,143,000	1,309,949	1,143,829	114.6
Contribuição predial urbana	(d)	306,040	306,040	462,097	334,527	151.0
Imposto de circulação		210,000	210,000	235,564	218,422	112.2
Contribuição industrial		0	0	313	277	-
Outras receitas das concessões de exclusivos	(e)	290,340	291,159	303,808	283,759	104.3
		99,487,380	99,488,199	132,391,803	111,962,686	133.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Imposto de jogos de fortuna e azar

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto especial sobre o jogo		92,400,000	92,400,000	124,437,705	104,826,332	134.7
Prémio		1,380,000	1,380,000	1,408,619	1,359,611	102.1
Comissões dos promotores de jogo		670,000	670,000	732,545	654,743	109.3
		94,450,000	94,450,000	126,578,869	106,840,686	134.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No “*Imposto de jogos de fortuna e azar*”, destaca-se o “*Imposto especial sobre o jogo*”, no valor de 124 437 705 milhares de patacas, com um acréscimo de 19 611 373 milhares de patacas em relação aos 104 826 332 milhares de patacas de 2012. Com referência ao “*Prémio*” e às “*Comissões dos promotores de jogo*”, houve, respectivamente, um aumento de 3,6% e de 11,9%, face ao ano de 2012.

(b) *Imposto complementar de rendimentos*

As receitas do “*Imposto complementar de rendimentos*” em 2013 apresentaram um valor de 3 501 203 milhares de patacas, com um aumento de 11,5% face ao ano de 2012. No seguimento das Linhas de Acção Governativa da RAEM para o ano económico de 2013, manteve-se o limite de isenção do rendimento colectável do “*Imposto complementar de rendimentos*” de 2013, em 200 mil patacas, equivalente ao do ano de 2012. Não obstante, verificou-se ainda uma subida de 360 017 milhares de patacas no “*Imposto complementar de rendimentos*”.

(c) *Imposto profissional*

No domínio do *Imposto profissional*, de acordo com as medidas de benefícios fiscais, ou seja de dedução e de isenção fiscais, emanadas pelo Governo da Região, tal como a dedução em 30% do *Imposto profissional* de toda a população activa, com o limite de isenção em 144 milhares de patacas, as receitas efectivas do ano 2013 situaram-se em 1 309 949 milhares de patacas, o que comparativamente ao ano de 2012 representa mais 166 120 milhares de patacas.

(d) *Contribuição predial urbana*

Com a continuidade da medida de dedução à colecta da “*Contribuição predial urbana*” pelo valor fixo de 3,5 milhares de patacas, verificou-se nesse item um valor efectivo de 462 097

milhares de patacas, mais 127 570 milhares de patacas face ao ano de 2012.

(e) *Outras receitas das concessões de exclusivos*

	2013	2013	2013	2012	2013
Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Exclusivo das lotarias chinesas	2,048	2,048	1,644	1,912	80.3
Exclusivo das corridas de galgos	11,720	11,720	10,970	11,933	93.6
Exclusivo das corridas de cavalos	14,400	15,220	2,720	2,066	17.9
Exclusivo das telecomunicações	2,700	2,700	22,292	24,752	825.6
Exclusivo do serviço de abastecimento de água	8,826	8,826	9,510	8,826	107.8
Exclusivo da energia eléctrica	51,980	51,980	54,632	47,340	105.1
Exclusivo das lotarias instantâneas	142,350	142,350	144,219	133,176	101.3
Exclusivo da STCM	-	-	-	922	-
Exclusivo da TRANSMAC	-	-	-	1,722	-
Exclusivo da Sociedade do Mercado Abastecedor Nam Yue	174	174	175	174	100.4
Exploração de silos e parques automóveis	50,671	50,671	57,646	50,936	113.8
Exclusivo da Companhia de Gestão de Participações e Energia Sinosky, Limitada	5,471	5,471	0	0	0.0
	290,340	291,159	303,808	283,759	104.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Em comparação com o ano de 2013, as receitas desta área evidenciaram um incremento de 20 050 milhares de patacas. De entre essas receitas, destacam-se os aumentos do “Exclusivo da energia eléctrica” no valor de 7 292 milhares de patacas, o “Exclusivo das lotarias instantâneas ” no valor de 11 043 milhares de patacas, bem como a “Exploração de silos e parques automóveis” no valor de 6 710 milhares de patacas. Por sua vez, os itens que apresentaram uma queda dizem respeito ao “Exclusivo das telecomunicações”, no valor efectivamente cobrado de 22 292 milhares de patacas, significando um decréscimo de 2 459 milhares de patacas, ou seja, menos 9,9% face a

2012, e ao “Exclusivo das corridas de galgos”, que ascendeu em 2013 a 10 970 milhares de patacas, menos 964 milhares de patacas do que em 2012.

2. Impostos indirectos

Os “Impostos indirectos” registaram 3,1% da Receita ordinária integrada do Governo, apresentando uma subida de 11,4% face ao ano de 2012, assistindo-se, no seu conjunto, a um aumento das receitas efectivas no valor de 564 599 milhares de patacas, superando as efectivamente cobradas em 2012.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto de turismo		524,132	648,837	648,837	547,165	100.0
Imposto do selo	(a)	2,222,800	2,222,800	3,121,403	2,738,035	140.4
Imposto de consumo		400,000	400,000	465,525	532,900	116.4
Imposto sobre veículos motorizados		1,053,000	1,053,000	1,285,530	1,138,597	122.1
		4,199,932	4,324,637	5,521,296	4,956,697	127.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Imposto de selo

Em 2013, o Governo da Região deu continuidade aos benefícios de concessão de isenção do “Imposto do selo” até ao valor de 3 000 milhares de patacas aos residentes permanentes da RAEM que não fossem proprietários de qualquer imóvel (destinado apenas a habitação), e isenção dos selos de seguros de vida e não vida, de despesas bancárias de expediente e de bilhetes de entrada ou de assistência pessoal a espectáculos, exposições ou diversões de qualquer natureza; sob esta medida, o “Imposto do selo” atingiu um valor de 3 062 670 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 137,8%, com um aumento de

13,1% face ao ano de 2012, no qual, foram registadas receitas no “*Imposto do selo sobre transmissão de bens*”, no valor de 2 459 373 milhares de patacas, traduzindo um acréscimo de 16,3% face ao valor efectivamente arrecadado de 2 115 535 milhares de patacas em 2012. Paralelamente, nos termos da Lei n.º 6/2011, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 15/2012, o “*Imposto do selo especial*” que é devido na transmissão em curto espaço de tempo, de bens imóveis, ou respectivos direitos sobre bens imóveis localizados na Região Administrativa Especial de Macau, averbou 58 732 milhares de patacas em 2013, significando um acréscimo de 94,1% perante o valor de 30 266 milhares de patacas em 2012.

3. Taxas, multas e outras penalidades

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Taxas	(a)	1,077,469	1,092,871	1,702,579	1,630,694	155.8
Multas e outras penalidades	(b)	235,739	235,739	270,679	236,893	114.8
		1,313,207	1,328,610	1,973,258	1,867,587	148.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Taxas*

	2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	(%)
Taxa de justiça		26,000	26,000	30,737	118.2
Taxas dos serviços de registo e notariado		234,000	246,308	652,171	264.8
Taxas de serviços de identificação		38,800	38,800	38,275	98.6
Taxas sobre assuntos cívicos e municipais		54,119	54,119	22,541	41.7
Taxas de construção urbana		42,000	42,000	45,025	107.2
Emolumentos portuários e marítimos		40,000	40,000	45,451	113.6
Registo de propriedade industrial		18,148	19,303	20,074	104.0
Taxas de entrada, permanência/residência em Macau		18,600	18,600	21,533	115.8
Taxa dos serv. de telecomunicações		116,500	116,500	108,742	93.3
Taxa dos serv. de radiocomunicações		67,000	67,000	117,401	175.2
Taxas a cobrar pela emissão de licenças de obras		1,500	3,416	3,416	100.0
Emolumentos pela emissão de certificados de origem, guias e licenças de exportação		580	580	374	64.5
Taxa sobre actividades financeiras e monetárias		5,600	5,600	5,508	98.3
Taxa sobre assuntos de tráfego		95,387	95,387	224,627	235.5
Taxa sobre água bruta		145,368	145,368	113,101	77.8
Taxa de cont. de trab. não residentes		160,000	160,000	226,810	141.8
Outras taxas		13,866	13,890	26,791	192.9
		1,077,469	1,092,871	1,702,579	155.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Quanto às receitas provenientes das várias “*Taxas*” efectivamente cobradas em 2013 pela RAEM, registou-se um valor de 1 702 579 milhares de patacas, representando 71 885 milhares de patacas a mais comparativamente ao ano de 2012, no valor de 1 630 694 milhares de patacas, o que corresponde a uma subida de 4,4%. Destas destacam-se os valores lançados nos itens “*Taxas dos serviços de registo e notariado*”, “*Taxa sobre assuntos de tráfego*” e “*Taxa de contratação de trabalhadores não residentes*”, que perfizeram 1 103 609 milhares de patacas,

com um acréscimo de 24 133 milhares de patacas relativamente ao mesmo item de 2012.

(b) *Multas e outras penalidades*

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Infracções e dívidas fiscais		3,235	3,235	13,577	8,034	419.7
Juros de mora e Juros compensatórios		31,570	31,570	28,595	30,739	90.6
Infracções administrativas		171,555	171,555	182,279	151,520	106.3
Sentenças judiciais e leis de processo		18,900	18,900	17,974	18,393	95.1
Outras multas e penalidades		10,479	10,479	28,254	28,207	269.6
		235,739	235,739	270,679	236,893	114.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

A receita desta rubrica em 2013 reflecte uma taxa de execução de 114,8%, ou seja, mais 33 786 milhares de patacas comparativamente a 2012. Este aumento resulta essencialmente da subida da receita oriunda das “*Infracções administrativas*”, em relação às 151 520 milhares de patacas cobradas em 2012, daí a existência de um acréscimo deste item, no valor de 30 759 milhares de patacas.

4. Rendimentos da propriedade

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Juros	(a)	126,580	126,580	269,946	305,106	213.3
Dividendos		32,010	32,010	43,571	39,528	136.1
Rendas de terrenos		239,650	239,650	252,523	208,380	105.4
Prémios de concessões	(b)	1,251,500	1,251,500	2,690,407	2,845,777	215.0
Outros rendimentos da propriedade		100,000	100,000	100,000	100,000	100.0
		1,749,739	1,749,739	3,356,447	3,498,790	191.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Juros*

A receita efectiva desta rubrica averbou uma diminuição de 11,5% em relação a 2012, o que se deve principalmente à queda da receita em “*Juros- Outros sectores*”, significando 35 213 milhares de patacas a menos face a 2012, dos quais, se evidencia um decréscimo de 29 816 milhares de patacas nos juros dos depósitos bancários dos Organismos autónomos relativamente a 2012.

(b) *Prémios de concessões*

Nas receitas efectivamente arrecadadas desta rubrica em 2013 verifica-se um valor de 2 690 407 milhares de patacas, que representa um decréscimo de 5,5% comparativamente ao valor de ano de 2012, que totalizou 2 845 777 milhares de patacas.

5. Transferências

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Receita efectiva	Receita efectiva	Execução (%)
Sector público	(a)	80,017	236,074	152,212	123,650	64.5
Empresas públicas		30	30	30	30	100.0
Empresas privadas	(b)	5,572,612	5,572,612	7,651,638	6,395,465	137.3
Instituições particulares e Outros sectores		10,115	10,115	3,370	4,557	33.3
		5,662,774	5,818,831	7,807,249	6,523,703	134.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Sector público*

As transferências do “*Sector público*” referem-se principalmente às “*Receitas consignadas*”, às “*Comparticipações*” e às “*Transferências orçamentais*” obtidas da Caixa do Tesouro pelos Organismos autónomos, bem como às “*Transferências orçamentais*” por aqueles recebidas de

outros Organismos autónomos, que não puderam ser eliminadas em virtude das despesas ocorrerem em ano diferente. As receitas de 2013 significaram 152 212 milhares de patacas, mais 28 562 milhares de patacas do que no ano de 2012.

(b) *Empresas privadas*

As transferências das “*Empresas privadas*” provieram essencialmente da cobrança, em conformidade com a alínea 8) do artigo 22.º da Lei n.º 16/2001, das contribuições da indústria do jogo para o desenvolvimento urbanístico, da promoção turística e da segurança social, que, após cobradas, foram processadas directamente a favor do Fundo de Segurança Social, do Fundo de Turismo e de outros organismos beneficiários, como receitas. Em 2013, as transferências das “*Empresas privadas*” ascenderam a 7 651 638 milhares de patacas, representando um acréscimo de 1 256 172 milhares de patacas relativamente a 2012, ou seja, 19,6%.

6. Venda de bens duradouros

Em 2013, a receita foi de 2 381 milhares de patacas, mais 10,2% em comparação com o ano de 2012, resultante essencialmente das receitas por arrematação de bens abatidos à carga da RAEM, no valor de 2 164 milhares de patacas, traduzindo mais 307 milhares de patacas do que o registado em 2012, no valor de 1 857 milhares de patacas.

7. Venda de serviços e bens não duradouros

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Rendas de habitações		85,402	85,402	31,697	28,646	37.1
Rendas de edifícios e instalações		46,202	46,202	59,192	42,233	128.1
Rendas de equipamentos e bens duradouros		332	332	513	147	154.5
Venda de serviços e bens	(a)	942,081	942,081	1,063,376	954,227	112.9
		1,074,017	1,074,017	1,154,778	1,025,253	107.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Venda de serviços e bens

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Ensino e formação		373,333	373,333	361,720	338,110	96.9
Investigação, consultadoria e tradução		46,826	46,826	86,799	61,977	185.4
Higiene, saúde e medicina		47,266	47,266	51,971	48,760	110.0
Cultura, desporto e recreio		85,898	85,898	101,001	82,819	117.6
Gestão imobiliária		13,155	13,155	11,502	10,288	87.4
Promoção de actividades		5,020	5,020	7,541	9,778	150.2
Imprensa e publicações técnicas		54,499	54,499	65,227	50,523	119.7
Alojamento e alimentação		25,233	25,233	24,755	22,948	98.1
Receita de emolumentos de serv. de autocarros		260,000	260,000	299,338	276,737	115.1
Outras		30,851	30,851	53,522	52,287	173.5
		942,081	942,081	1,063,376	954,227	112.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

As receitas que provieram do “Ensino e formação” e “Emolumentos de serviços de autocarros” foram de 361 720 milhares de patacas e de 299 338 milhares de patacas, respectivamente. A receita do “Ensino e formação” foi obtida através da prestação de serviços de ensino e formação por parte de Organismos autónomos, como o Fundo de Acção Social Escolar, a Autoridade de Aviação Civil,

a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Fundo de Cultura, o Instituto de Formação Turística, o Fundo Social da Administração Pública de Macau, etc., realçando-se, em 2013 as arrecadadas pela Universidade de Macau, pelo Instituto Politécnico de Macau e pelo Instituto de Formação Turística que perfizeram 222 701 milhares de patacas, 71 463 milhares de patacas e 58 810 milhares de patacas, respectivamente. Por outro lado, quanto às receitas dos “Emolumentos de serviços de autocarros”, nos termos do contrato de adjudicação do concurso público para “Serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros de Macau”, as tarifas pagas pelos passageiros passaram a constituir receitas a favor do Governo da RAEM. Em 2013, as receitas arrecadadas atingiram o valor de 299 338 milhares de patacas, mais 22 601 milhares de patacas do que o total de 276 737 milhares de patacas em 2012, representando um aumento de 8,2%.

8. Outras receitas correntes

Em 2013, as receitas situaram-se em 359 973 milhares de patacas, significando uma diminuição de 20 646 milhares de patacas face às 380 619 milhares de patacas arrecadadas em 2012.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Receita efectiva	Receita efectiva	Execução (%)
Contrib. p/regime de segur. social	(a)	150,000	150,000	180,553	180,666	120.4
Contrib. p/assistência médica	(b)	45,747	45,747	51,027	46,232	111.5
Quotas de sócios		10,705	10,705	11,454	10,491	107.0
Remuner. dos deleg. do governo		1,800	1,800	1,519	1,531	84.4
Comparticipações nas receitas de balcões de câmbio		10,000	10,000	16,699	14,993	167.0
Indemnizações		1,768	1,768	3,850	1,704	217.7
Recuperação de créditos		0	0	18	0	-
Receitas event. e não especificadas	(c)	48,310	48,310	94,853	125,002	196.3
		268,331	268,331	359,973	380,619	134.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Contribuições para o regime de segurança social*

Compreendem as receitas cobradas pelo Fundo de Segurança Social no ano de 2013, no valor de 180 553 milhares de patacas, que se traduz num decréscimo mínimo de 114 milhares de patacas, ou seja uma queda de 0,1% relativamente ao valor do ano de 2012, no valor de 180 666 milhares de patacas.

(b) *Contribuições para assistência médica*

As receitas desta rubrica foram cobradas na totalidade pelos Organismos autónomos, incluindo o Fundo de Segurança Social, os Serviços de Saúde, a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, das quais, a maior parte foi cobrada pelos Serviços de Saúde, no valor de 46 486 milhares de patacas, representando 91,1% do total.

(c) *Receitas eventuais e não especificadas*

Compreendem sobretudo os rendimentos oriundos das tarifas dos auto-silos públicos provisoriamente geridos directamente pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e os direitos não pertencentes aos contribuintes a transferir para a RAEM, conforme disposto no Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos. As “*Receitas Eventuais e não especificadas*” de 2013 representaram 94 853 milhares de patacas, menos 24,1% que as receitas do ano de 2012, no valor de 125 002 milhares de patacas.

9. Venda de bens de investimento

As receitas correspondentes à “Venda de bens de investimento” em 2013 cifraram-se em 4 681 351 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 167,7%, representando uma subida de 499,3% face à receita de 781 197 milhares de patacas de 2012. As receitas deste item resultaram

essencialmente da venda de habitação pública, cujos valores registados alcançaram 4 600 264 milhares de patacas, significando mais 555,5% do que as receitas de 2012, de 701 745 milhares de patacas. As receitas neste âmbito resultam dos retornos da prestação relativa ao custo de construção em consequência da transferência do novo edifício de carga e da extensão da plataforma de estacionamento sul do Aeroporto Internacional de Macau para a CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL, no valor de 22 500 milhares de patacas, bem como dos retornos no valor de 54 561 milhares de patacas, relacionados com o custo global com o projecto, a fiscalização e a construção do campo de futebol e do pavilhão polidesportivo afectos à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, nos termos do contrato de concessão de terrenos a que se refere o Despacho do Secretário para os Transportes e Obras Públicas n.º 24/2008.

10. Transferências

Em 2013, o Instituto de Acção Social previu inicialmente em orçamento, uma verba relativa à receita proveniente da restituição de caucões e depósitos de garantia, não se tendo verificado qualquer execução.

11. Activos financeiros

As receitas do capítulo “Activos financeiros” provieram fundamentalmente da cobrança das amortizações dos vários empréstimos concedidos pelos seguintes Organismos autónomos: Fundo de Acção Social Escolar, Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, Obra Social da Polícia de Segurança Pública. A receita efectiva em 2013 foi de 369 844 milhares de patacas, significando um acréscimo de 28,2% face ao ano de 2012.

12. Outras receitas de capital

Compreendem os saldos de gerência dos Organismos autónomos integrados na receita do ano a que respeitam, nos termos do «Regime de administração financeira pública», no montante total de 18 221 134 milhares de patacas, reflectindo um crescimento de 33,6% comparativamente ao ano de 2012, no valor de 4 586 918 milhares de patacas.

13. Reposições não abatidas nos pagamentos

Compreendem os montantes pagos a título de despesas pelos serviços ou organismos e repostos junto dos mesmos, após o fim do ano económico em que se realiza o correspondente pagamento. As receitas de 2013 rondaram 109 820 milhares de patacas, mais 50,2% comparativamente ao ano de 2012.

14. Pessoal

Em termos das despesas de “Pessoal”, o Orçamento autorizado situou-se em 14 633 774 milhares de patacas, tendo as despesas efectivas evidenciado 13 353 075 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 91,2%. No âmbito das despesas de “Pessoal”, as “*Remunerações certas e permanentes*” foram proporcionalmente as mais elevadas.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Remunerações certas e permanentes	(a)	12,716,925	12,673,886	11,791,757	10,613,848	93.0
Remunerações acessórias		1,454,766	1,472,788	1,219,731	1,139,078	82.8
Abonos em espécie		75,152	74,709	43,327	49,404	58.0
Classes inactivas		29,166	29,166	21,093	21,535	72.3
Previdência social		256,824	244,532	204,574	197,187	83.7
Compensação de encargos		134,121	138,693	72,593	69,288	52.3
		<u>14,666,954</u>	<u>14,633,774</u>	<u>13,353,075</u>	<u>12,090,339</u>	<u>91.2</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Remunerações certas e permanentes*

As despesas efectivas a título de “*Remunerações certas e permanentes*” foram de 11 791 757 milhares de patacas, com um acréscimo de 1 177 909 milhares de patacas em comparação com o ano de 2012. O acréscimo em 2013 das despesas com os vencimentos do pessoal deveu-se à aprovação da Lei n.º 6/2013, em Abril de 2013 (Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública), e com entrada em vigor a partir de 1 de Maio, determinando a actualização do valor do índice 100, de 6 600 patacas para 7 000 patacas, enquanto que, as pensões de aposentação e sobrevivência foram actualizadas em função e na proporção do aumento, verificando-se por isso um acréscimo da despesa em causa.

15. Bens e serviços

O valor do Orçamento autorizado para os “Bens e serviços” ascendeu a 11 566 457 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 8 473 901 milhares de patacas.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Bens duradouros	(a)	537,968	571,931	279,204	342,959	48.8
Bens não duradouros	(b)	1,905,369	1,993,047	1,638,400	1,619,965	82.2
Aquisição de serviços	(c)	8,866,432	9,001,479	6,556,297	5,872,980	72.8
		11,309,769	11,566,457	8,473,901	7,835,904	73.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Bens duradouros*

Nas despesas deste âmbito, registou-se um valor de 279 204 milhares de patacas, com uma queda de 63 755 milhares de patacas face ao ano de 2012. O decréscimo na despesa do item

“Construções e grandes reparações” face ao ano de 2012, explica-se principalmente pela realização, em 2012, de obras de reparação nas instalações de vários Sectores Públicos Administrativos. Por sua vez as despesas dos itens “Material de defesa e segurança” e “Material fabril, oficial e de laboratório” evidenciaram uma subida.

	2013	2013	2013	2012	2013
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Construções e grandes reparações	350,617	313,474	117,707	218,535	37.5
Material de defesa e segurança	30,254	23,467	11,569	4,588	49.3
Material de aquartelamento e alojamento	11,363	22,764	4,703	5,358	20.7
Material de educação, cultura e recreio	61,807	72,793	52,842	52,457	72.6
Material fabril, oficial e de laboratório	25,406	75,706	56,791	28,016	75.0
Material honorífico e de representação	1,492	1,528	453	296	29.6
Equipamento de secretaria	19,082	19,677	7,472	7,917	38.0
Outros	37,947	42,522	27,666	25,792	65.1
	537,968	571,931	279,204	342,959	48.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(b) Bens não duradouros

As despesas efectivas do grupo “Bens não duradouros” cifraram-se em 1 638 400 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 82,2%, mais 18 435 milhares de patacas do que no ano de 2012. Os itens com o maior acréscimo, por ordem decrescente, foram o “Vestuário”, as “Munições, explosivos e artificios” e a “Água bruta”. De entre estes, o valor das despesas com a “Água bruta” foi o que registou o maior aumento. Por sua vez, houve uma diminuição nas despesas dos itens “Matérias-primas e subsidiárias”, “Lembranças e ofertas” e “Outros”. As despesas com os bens não duradouros da rubrica “Outros” abrangem na sua maioria os pagamentos a farmácias privadas relativos a encargos com medicamentos prescritos a utentes dos hospitais públicos, e, em 2013, os dispêndios com as receitas e os medicamentos

para a Convenção das Farmácias rondaram aproximadamente 244 642 milhares de patacas.

	2013	2013	2013	2012	2013
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Matérias-primas e subsidiárias	99,255	102,520	76,183	83,592	74.3
Combustíveis e lubrificantes	64,851	59,275	37,145	37,047	62.7
Munições, explosivos e artificios	31,513	27,763	19,014	13,366	68.5
Consumos de secretaria	138,738	141,042	110,177	106,597	78.1
Alimentação	68,414	82,253	55,281	51,700	67.2
Vestuário	9,050	12,649	7,958	3,870	62.9
Produtos farmacêuticos, medicamentos, vacinas	701,850	727,714	656,821	651,388	90.3
Material de limpeza e desinfectação	29,202	29,743	18,128	18,000	60.9
Utensílios fabris, oficinais e de laboratório	49,750	50,670	40,372	34,386	79.7
Lembranças e ofertas	47,325	50,293	25,975	29,578	51.6
Água bruta	252,600	252,600	245,330	202,806	97.1
Outros	412,822	456,527	346,018	387,634	75.8
	1,905,369	1,993,047	1,638,400	1,619,965	82.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(c) Aquisição de serviços

Em termos de valor, dentro do item “Bens e Serviços”, a “Aquisição de serviços” deteve o maior acréscimo da despesa, no valor de 683 317 milhares de patacas.

	2013	2013	2013	2012	2013
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Conservação e aproveitamento de bens	914,848	932,514	733,543	682,799	78.7
Energia eléctrica, água e gás	518,797	536,716	435,172	411,997	81.1
Higiene e limpeza	218,263	217,795	169,323	151,059	77.7
Condomínio e segurança	583,202	573,079	472,353	407,141	82.4
Outros encargos das instalações	2,428	3,023	2,059	1,958	68.1
Encargos com a saúde	327,714	399,374	371,286	320,853	93.0
Locação de bens	791,930	803,509	645,818	588,584	80.4
Transportes e comunicações	388,744	421,250	282,320	281,159	67.0
Representação	87,179	91,845	39,981	42,305	43.5
Publicidade e propaganda	1,125,198	1,149,091	791,728	707,301	68.9
Estudos, consultadoria e tradução	566,119	564,266	339,231	285,728	60.1
Formação técnica ou especializada	148,210	143,830	87,819	77,483	61.1
Outros trabalhos especiais diversos	512,470	504,178	375,192	342,053	74.4
Actividades culturais, desportivas e recreativas	291,939	291,488	239,822	221,328	82.3
Desp. c/cunhagem e funcion. Centro	3,680	3,680	3,680	3,480	100.0
Processamento Moedas					
AMCM - custos de gestão financeira	526,680	641,171	641,171	539,874	100.0
Despesas bancárias de expediente	18,088	18,226	10,533	9,814	57.8
Seminários e congressos	43,995	49,994	22,435	25,018	44.9
Trabalhos pontuais não especializados	109,724	127,101	91,698	74,741	72.1
Despesas com o serviço público de transportes colectivos de passageiros	1,458,800	1,331,600	676,749	592,029	50.8
Despesas com o serviço de Telecomunicações públicas	33,687	27,087	26,325	23,063	97.2
Outros encargos não especificados	194,737	170,662	98,061	83,215	57.5
	8,866,432	9,001,479	6,556,297	5,872,980	72.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

16. Transferências correntes

Em 2013, o valor do Orçamento autorizado para o capítulo das Transferências Correntes foi de 21 966 905 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga se fixou em 18 344 228 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 83.5%.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Sector público	(a)	1,098,362	3,305,051	1,089,021	753,363	33.0
Instituições particulares	(b)	4,851,482	5,105,056	4,503,457	3,612,194	88.2
Particulares	(c)	13,767,005	13,362,945	12,594,859	10,607,535	94.3
Exterior	(d)	98,973	193,853	156,891	115,195	80.9
		19,815,821	21,966,905	18,344,228	15,088,287	83.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Sector público*

As transferências correntes do “*Sector público*” referem-se essencialmente às transferências de fundos, bem como, às despesas de funcionamento de equipas de projecto, entregues pelo Tesouro e pelos Organismos autónomos aos Organismos especiais, às empresas públicas e aos organismos semipúblicos, cuja despesa efectivamente paga em 2013 foi de 1 089 021 milhares de patacas, com uma subida de 335 658 milhares de patacas face ao ano de 2012. Incluem, ainda, as transferências entregues pelo Tesouro aos Organismos autónomos a título de receitas consignadas, comparticipações e transferências orçamentais, bem como, às transferências processadas entre Organismos autónomos, no valor de 87 947 milhares de patacas em 2013, que não podem ser eliminadas em virtude de as correspondentes despesas e receitas ocorrerem em anos diferentes.

(b) *Instituições particulares*

Neste item, as despesas efectivamente pagas posicionaram-se em 4 503 457 milhares de patacas, com um acréscimo de 891 263 milhares de patacas comparativamente ao ano de 2012. Este capítulo respeita essencialmente aos apoios transferidos para as instituições particulares de natureza não comercial, compreendendo, no âmbito da educação, o plano de desenvolvimento

escolar, o subsídio do ensino gratuito atribuído às escolas, o subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor, o subsídio para o serviço de apoio a estudantes e o subsídio para o serviço de ensino especial; em termos de acção social, diz respeito ao apoio financeiro atribuído às instituições particulares de solidariedade social e às instalações dos serviços sociais; no que concerne à saúde, envolve sobretudo o apoio financeiro às instituições médicas e associações; enquanto que no âmbito da habitação, contempla essencialmente o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos, Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios e Plano de Apoio a Projectos de Reparação de Edifícios, etc.

Principais subsídios a instituições particulares	Despesa efectiva
<u>No âmbito da educação</u>	
Subsídio do ensino gratuito	1,443,106
Plano de desenvolvimento escolar	411,648
Subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor	335,040
Subsídio para o serviço de apoio a estudantes	64,647
Subsídio para o serviço de ensino especial	59,727
Subsídio para o ensino recorrente	41,325
Plano de apoio do pessoal docente	38,930
<u>No âmbito da acção social</u>	
Apoio financeiro regular concedido às instituições privadas	556,022
Apoio financeiro ocasional concedido às instituições privadas	53,304
<u>No âmbito da saúde</u>	
Apoio financeiro às instituições médicas e associações	569,501
<u>No âmbito da habitação</u>	
Plano Provis. de Apoio Financeiro para Repar. das Instal. Comuns de Edif. Baixos	12,234
Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios	4,147
Regulamento do Plano de Apoio a Projectos de Reparação de Edifícios	1,127
Total	3,590,757

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(c) *Particulares*

A despesa do item “*Particulares*” efectivamente paga fixou-se em 12 594 859 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 94,3%, ou seja, com 1 987 323 milhares de patacas a mais em relação ao ano de 2012.

Em 2013, foi injectada adicionalmente nas Contas individuais de previdência, uma verba de 6 mil patacas. Foi igualmente atribuída uma verba de 8 mil patacas e de 4,8 mil patacas, respectivamente, aos residentes permanentes e aos não permanentes conforme o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico. Além disso, o Governo continuou a distribuir os vales de saúde aos residentes permanentes, sendo que o valor nominal de 500 patacas foi actualizado para 600 patacas; bem como o subsídio mensal ao consumo de electricidade no montante máximo de 200 patacas por fracção habitacional. Paralelamente, em 2013, o governo continuou a implementação do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com um subsídio de 5 mil patacas a conceder aos residentes de Macau com idade igual ou superior a 15 anos.

Quanto a cuidados dos idosos, o Governo actualizou o valor da pensão de velhice, a partir de Janeiro de 2013, de 2 mil patacas para 3 mil patacas; por outro lado, foi alterado também o valor do subsídio para idosos de 6 mil patacas para 6 600 patacas.

Em termos das camadas menos favorecidas, o governo actualizou duas vezes os critérios do valor do Risco Social, respectivamente em Janeiro e Abril de 2013. Paralelamente, o governo da RAEM concedeu ainda um subsídio aos beneficiários do apoio económico regular, no montante igual ao apoio de um mês, bem como o apoio especial e subsídio especial de vida aos três tipos

de famílias em situação vulnerável. Em 2013, o Governo da RAEM prolongou ainda o prazo dos seguintes Planos: “Plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social” e “Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho”, tendo-se actualizado o valor dos correspondentes subsídios.

No tocante à educação, aos estudantes, quer dos cursos do ensino superior ou de pós-graduação ministrados em Macau ou no exterior, prosseguiu-se com a atribuição dos subsídios para material escolar, tendo sido actualizado o valor de 2 mil patacas para 3 mil patacas, de forma a aliviar os encargos com a aquisição de livros e materiais de referência. Por outro lado, deu-se continuidade ao «Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares», atribuindo por ano lectivo um subsídio aos alunos dos ensinos primário e secundário, e um outro aos alunos do ensino infantil, tendo o valor de ambos os subsídios sido actualizado de 1 900 patacas para 2 400 patacas e de 1 500 patacas para 2 000 patacas, respectivamente. Além disso, o Governo da RAEM concedeu ainda em 2013 o subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente, que exerce funções docentes nas escolas particulares do regime escolar local e do ensino recorrente, ao abrigo do «Regulamento de concessão do subsídio para o desenvolvimento profissional».

As subvenções e subsídios concedidos no decurso de 2013 pelo Governo da RAEM, de acordo com os aspectos mais importantes das Linhas de Acção Governativa, foram os seguintes:

Itens	Valor despendido
<u>Residentes de Macau</u>	
Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico (incluindo os montantes em falta referentes aos anos de 2008 a 2012)	4,874,341
Contas individuais de previdência	2,199,114
Plano do subsídio para o consumo de electricidade	421,917
Programa de comparticipação nos cuidados de saúde	233,866
Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo	213,856
<u>Cuidados dos idosos</u>	
Pensão de velhice (inclui a atribuição antecipada e pensão de velhice do novo regime)	1,910,931
Subsídio para idosos	392,002
<u>Camadas menos favorecidas</u>	
Apoio económico regular para indivíduo/família	301,449
Subsídio de invalidez	84,479
Abono provisório de residência aos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que reunissem os requisitos necessários	73,343
Apoio económico eventual para indivíduo/família	44,911
Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho	32,347
<u>Docentes e estudantes</u>	
Subsídio para docentes de instituições educativas e prémios de antiguidade	451,907
Subsídio de propinas aos alunos que não sejam beneficiários da escolaridade gratuita	202,632
Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares	159,805
Subsídios para material escolar atribuídos aos cursos de ensino superior frequentados pelos residentes de Macau	96,726
Total	11,693,626

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(d) *Exterior*

As despesas efectivamente transferidas para o “Exterior” foram de 156 891 milhares de patacas, aumentando 41 696 milhares de patacas face ao ano de 2012, o que se deveu principalmente ao terramoto ocorrido em Lushan-Yaan de Sichuan em 2013, tendo o Governo da RAEM atribuído

uma verba para a prestação de apoio nas zonas afectadas no valor de 100 000 milhares de patacas.

17. Outras despesas correntes

O Orçamento autorizado do item “Outras despesas correntes” foi de 12 200 094 milhares de patacas, este inclui a “Dotação provisional”, no montante de 10 107 730 milhares de patacas, que não respeita a despesas; por sua vez, a despesa efectiva cifrou-se em 1 918 924 milhares de patacas.

	2013	2013	2013	2012	2013
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Rendas de terrenos	421	421	386	371	91.6
Seguros	57,462	58,103	35,506	29,311	61.1
Restituições de contribuições e impostos	172,392	242,412	176,063	182,705	72.6
Comparticipações do regime de aposentação e sobrevivência	774,462	790,881	779,802	733,667	98.6
Comparticipações do regime de previdência	705,386	694,057	659,937	578,199	95.1
F.S.S. (enc. entidade patronal)	10,484	10,599	7,678	7,388	72.4
Outros fundos de previdência	110,959	111,184	102,997	97,251	92.6
Diferença cambial	2,764	3,014	1,709	227	56.7
Outras	(a) 5,224,482	10,289,424	154,848	173,222	1.5
	7,058,811	12,200,094	1,918,924	1,802,341	15.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outras

O Orçamento autorizado deste item contabilizou 10 289 424 milhares de patacas, contudo, neste está contemplada uma verba de 10 107 730 milhares de patacas afecta à “Dotação provisional”, assim sendo, após excluída esta verba, verifica-se que a despesa efectiva no valor de 154 848

milhares de patacas, corresponde uma taxa de execução de 85,2%. Como factor principal para esta despesa figura a falência declarada em 2013 da Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A. (adiante designada por Massa Falida). Foi celebrada entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Massa Falida da Sociedade a «Escritura de Prorrogação do Contrato de Locação de Empresa Comercial», com vista a garantir o continuado funcionamento do serviço público de transportes colectivos, tendo sido prestada uma caução em apreço no valor de 93 263 milhares de patacas.

18. Investimentos

O Orçamento autorizado inserido nos “Investimentos” ascendeu a 18 811 621 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 7 711 450 milhares de patacas. As despesas foram principalmente constituídas pelo Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), tendo-se registado um decréscimo de 6 680 398 milhares de patacas face ao ano de 2012.

	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Despesa efectiva	2012 Despesa efectiva	2013 Execução (%)
Terrenos	300	0	0	0	-
Habitacões	2,371,022	2,974,358	1,261,996	3,430,181	42.4
Edifícios	4,161,000	4,085,799	1,487,308	4,030,431	36.4
Estradas e pontes	3,809,367	3,670,014	1,498,168	2,629,163	40.8
Portos	799,705	821,456	374,561	413,608	45.6
Construções diversas	2,500,821	2,193,699	482,387	2,033,143	22.0
Melhoramentos funditários	1,200	2,000	1,681	1,200	84.0
Material de transporte	2,273,636	2,276,883	1,097,999	709,143	48.2
Maquinaria e equipamento	1,713,061	1,849,883	906,547	574,889	49.0
Animais	1,300	300	263	805	87.5
Outros investimentos	835,146	937,228	600,540	569,285	64.1

18,466,559	18,811,621	7,711,450	14,391,848	41.0
-------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

19. Transferências de Capital

O Orçamento autorizado do capítulo “Transferências de Capital” cifrou-se em 128 050 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga ascendeu a 59 806 milhares de patacas.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Instituições particulares	(a)	48,050	48,050	37,689	31,821	78.4
Particulares	(b)	24,000	30,000	22,117	106,329	73.7
Exterior	(c)	50,000	50,000	0	3,103	0.0
		122,050	128,050	59,806	141,253	46.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Instituições particulares

Os dispêndios compreenderam os subsídios necessários para as grandes obras, aquisição de veículos e de equipamentos das instituições particulares sem fins lucrativos, no valor de 37 689 milhares de patacas, com uma subida de 5 869 milhares de patacas face ao ano de 2012.

(b) Particulares

Neste item de despesas registou-se um valor efectivo de 22 117 milhares de patacas, as quais dizem respeito essencialmente ao dispêndio necessário para o financiamento empresarial previsto no «Regime da Bonificação de Juros de Créditos» representando um decréscimo de 84 212 milhares de patacas relativamente ao ano de 2012. Este é explicado, fundamentalmente, por um apoio financeiro concedido em 2012 à Teledifusão de Macau, S.A., para substituição de equipamentos, no montante de 87 945 milhares de patacas, contudo, não se tendo verificado

nenhuma despesa deste item em 2013.

(c) *Exterior*

Respeitou ao pagamento previsto à Cidade de Zhu-Hai da construção de um novo posto fronteiriço e a respectiva passagem de ligação, não havendo em 2013 qualquer execução.

20. Operações Financeiras

A despesa deste item efectivamente paga foi de 1 527 228 milhares de patacas, com uma queda de 42,6% comparativamente à despesa de 2012 de 2 662 650 milhares de patacas.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Investimento em		5,420,190	5,217,510	997,526	2,160,197	19.1
título						
Empréstimos	(a)	801,567	846,411	519,901	492,124	61.4
Outros		44,027	14,797	9,802	10,330	66.2
		6,265,784	6,078,717	1,527,228	2,662,650	25.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Empréstimos*

O valor deste item efectivamente pago foi de 519 901 milhares de patacas, mais 27 777 milhares de patacas que no ano de 2012, incluindo entre os empréstimos, a Bolsa-empréstimo para Estudantes do Ensino Superior e o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. A par disso, o Governo da RAEM deu início em Agosto de 2013 ao Plano de apoio a jovens empreendedores, visando apoiar as empresas comerciais fundadas por jovens de Macau que criem o seu primeiro negócio.

Itens dos empréstimos a médio e longo prazos concedidos pela RAEM	Despesa efectiva
Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas	259,802
Bolsa-empréstimo para Estudantes do Ensino Superior	233,629
Plano de apoio a jovens empreendedores	18,020
Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	6,796
Plano de garantia de créditos a PME's (geral)	1,596
Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios	7
Total	519,851

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Análise por Classificação Funcional

Esta secção tem como base a classificação da despesa pública do Governo distribuída pelas funções exercidas. Através da classificação funcional, demonstra-se a relação directa entre a despesa pública e as funções governativas, reflectindo a intervenção do Governo em cada uma das funções.

		2013	2013	2013	2012	2013
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Serviços gerais da admin. pública	(a)	9,157,536	9,542,785	7,709,813	7,092,974	80.8
Segurança pública	(b)	4,877,349	4,696,413	3,769,189	3,324,023	80.3
Educação	(c)	10,003,520	9,940,223	8,352,339	11,546,097	84.0
Saúde	(d)	5,216,335	5,356,770	4,393,328	4,046,582	82.0
Previdência social	(e)	18,173,435	21,839,854	8,092,253	6,758,651	37.1
Habitação	(f)	3,043,553	4,040,427	1,542,123	3,741,095	38.2
Outros serv. colectivos e sociais	(g)	2,814,768	2,952,148	1,779,741	1,750,727	60.3
Serviços económicos	(h)	16,311,119	17,630,580	8,583,917	7,826,904	48.7
Outras funções	(i)	8,388,132	9,389,398	7,165,910	7,925,571	76.3
		77,985,747	85,388,599	51,388,612	54,012,623	60.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Serviços gerais da administração pública

A despesa desta função subdivide-se em “*Administração geral*” e “*Justiça, ordem e segurança*”, incluindo a primeira as despesas com os órgãos de poderes públicos, a administração financeira e a administração interna; enquanto que a última, congrega as despesas com a administração, regulamentação e investigação ligadas à ordem, Tribunais, Polícia Judiciária e todo o sistema judiciário, estabelecimento de correcção e recuperação e serviços de registo e identificação. O Orçamento autorizado desta função averbou um valor de 9 542 785 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga ascendeu a 7 709 813 milhares de patacas, representando um crescimento de 616 839 milhares de patacas face ao ano de 2012.

(b) *Segurança pública*

O Orçamento autorizado da “*Segurança pública*” consubstancia-se em 4 696 413 milhares de patacas, com referência à despesa efectivamente paga de 3 769 189 milhares de patacas.

Em comparação com as despesas do ano de 2012, evidenciou-se uma subida de 445 166 milhares de patacas, influenciada, principalmente, pela actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 6/2013, que determinou o aumento de despesas na área da “*Segurança pública*”, e ainda, pelo acréscimo dos recursos humanos resultante da admissão dos novos guardas e bombeiros que tomaram posse em 2013, depois de concluídas duas edições do Curso de Formação de instruídos das Forças de Segurança.

(c) *Educação*

O Orçamento autorizado da despesa no item “*Educação*” cifrou-se em 9 940 223 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 8 352 339 milhares de patacas, correspondendo a uma

taxa de execução de 84%. Estas integraram as despesas do Governo afectas ao ensino não superior e superior, bem como a subvenção que visa apoiar e promover o desenvolvimento das escolas particulares, a atribuição da bolsa de mérito de estudo e da bolsa-empréstimo aos estudantes para prosseguirem os estudos no ensino superior.

Quanto às despesas nesta área, evidenciou-se um decréscimo de 3 193 758 milhares de patacas comparativamente ao ano de 2012, o que se justificou essencialmente pela conclusão da maioria das obras de infra-estruturas em 2012, relativas ao desenvolvimento do campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, sendo que, em 2013 se encontravam as mesmas na última fase, facto que determinou uma diminuição nas respectivas despesas.

Por outro lado, no âmbito do “*Ensino particular*”, verificou-se um aumento das despesas com os diversos subsídios concedidos às escolas, aos professores e alunos de Macau, que excederam os do ano de 2012.

(d) *Saúde*

O Orçamento autorizado do item “*Saúde*” situou-se em 5 356 770 milhares de patacas, a despesa efectivamente paga foi de 4 393 328 milhares de patacas.

Em 2013, o novo Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário e o Posto de Saúde Provisório em Seac Pai Van de Coloane, entraram em funcionamento, garantindo, respectivamente, o aumento da capacidade do serviço de urgência e a acessibilidade dos residentes aos cuidados de saúde primários. Face ao ano de 2012, houve uma subida de 346 746 milhares de patacas.

(e) *Previdência social*

O Orçamento autorizado da “*Previdência social*” cifrou-se em 21 839 854 milhares de patacas, a despesa efectivamente paga foi de 8 092 253 milhares de patacas, mais 1 333 602 milhares de patacas em relação ao ano de 2012.

(f) *Habitação*

O Orçamento autorizado da “*Habitação*” registou 4 040 427 milhares de patacas, a despesa efectiva rondou 1 542 123 milhares de patacas, verificando um decréscimo de 2 198 972 milhares de patacas, face ao ano de 2012, o que se deveu sobretudo à redução do valor a pagar em 2013, relativamente ao item “*Habitação Social*”.

(g) *Outros serviços colectivos e sociais*

O Orçamento autorizado da função “*Outros serviços colectivos e sociais*” foi de 2 952 148 milhares de patacas, a despesa efectiva evidenciou 1 779 741 milhares de patacas, representando um aumento de 29 014 milhares de patacas face ao ano anterior, provindo essencialmente da despesa com a “*Cultura*”, tendo-se, contudo, registado uma diminuição das despesas com o “*Desporto e recreio*”.

(h) *Serviços económicos*

O Orçamento autorizado da função “*Serviços económicos*” foi de 17 630 580 milhares de patacas, a despesa efectiva ascendeu a 8 583 917 milhares de patacas, com um aumento de 757 013 milhares de patacas face ao ano de 2012, resultante sobretudo de um acréscimo notável das despesas relativas ao “*Transporte terrestre*” e ao “*Turismo*”.

Paralelamente, devido à implementação iniciada em Agosto de 2013 do Plano de apoio a jovens empreendedores e, à injeção de capital, no Fundo de Desenvolvimento da Cooperação Luso-Chinesa nesse mesmo ano, no valor de 400 000 milhares de patacas, constatou-se um incremento das despesas neste item.

(i) *Outras funções*

O Orçamento autorizado da função residual “*Outras funções*” averbou 9 389 398 milhares de patacas, a despesa efectivamente paga rondou 7 165 910 milhares de patacas. As despesas desta função compreendem as “*Transferências do sector público*” e as “*Diversas, não especificadas*”, das quais, a última contou com o maior peso.

O valor do item “*Diversas, não especificadas*” reflectiu a subvenção ou o subsídio concedido pelo Governo às instituições particulares, aos particulares (empresas, famílias e indivíduos) e ao exterior, tais como, o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, o Plano do subsídio para o consumo de electricidade, etc., a par das despesas com a compra de acções e a participação em capital social que perfizeram um montante elevado. Neste sentido, esta subfunção envolveu valores de elevado montante.

1.2. PIDDA

1.2.1 Introdução

O orçamento inicial do PIDDA/2013 cifrou-se em 17 911 783 milhares de patacas e após autorização, o valor orçamentado posicionou-se em 17 756 390 milhares de patacas, sendo que os pagamentos efectivos ascenderam a 7 033 110 milhares de patacas.

Tendo em conta os valores do quadro seguinte, apresentado em termos de classificação por tutela, constata-se que a tutela do Secretário para os Transportes e Obras Públicas assumiu o maior peso em termos do valor do Orçamento autorizado, registando 14 617 619 milhares de patacas, seguindo-se as tutelas do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e do Secretário para a Segurança, com 2 176 971 milhares de patacas e de 552 491 milhares de patacas, respectivamente.

	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Chefe do Executivo	26,717	26,717	6,778	9,564	25.4
Sec. p/a Administração e Justiça	338,922	338,922	113,414	163,252	33.5
Sec. p/a Economia e Finanças	25,729	40,690	27,908	20,053	68.6
Sec. p/a Segurança	552,491	552,491	242,242	262,474	43.8
Sec. p/os Assuntos Soc. e Cult.	2,147,327	2,176,971	759,783	335,027	34.9
Sec. p/os Transp. e Obras Púb.	14,540,599	14,617,619	5,882,986	13,158,416	40.2
Subtotal	17,631,783	17,753,410	7,033,110	13,948,787	39.6
Dotação concorrencial	80,000	2,980	0	0	0.0
Dotação provisional	200,000	0	0	0	0.0
Total	17,911,783	17,756,390	7,033,110	13,948,787	39.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

1.2.2 Análise por Projectos

Esta secção retrata a situação da execução dos projectos do PIDDA do Governo da RAEM com verbas elevadas, tendo em conta os dados dos respectivos projectos.

Por outro lado, a fim de se proceder a uma boa comparação entre os projectos de investimento, foi definido um conjunto de novos programas no PIDDA antes da elaboração do Orçamento da RAEM para 2013. Por sua vez, o PIDDA/2013 foi composto por 20 programas de investimento, tendo sido paga a despesa efectiva de 7 033 110 milhares de patacas.

O programa *“Instalações e instalações complementares de transportes terrestres”* deteve o maior Orçamento autorizado, no valor de 5 767 934 milhares de patacas, seguindo-se a *“Habitação pública”*, no valor de 2 724 046 milhares de patacas.

Em termos de valores efectivamente pagos, o programa *“Instalações e instalações complementares de transportes terrestres”* foi o que revelou o maior valor das despesas efectivamente pagas em 2013, no valor de 2 110 192 milhares de patacas, seguido imediatamente pela *“Habitação pública”*, no valor de 1 035 510 milhares de patacas.

Em termos de execução, destaca-se o “Projecto de Cooperação Transfronteiriço” com a maior taxa de execução de, 70%, correspondendo à despesa efectiva de 679 459 milhares de patacas. Quanto às *“Instalações e instalações complementares de transportes aéreos”* que apresentou a menor execução (3,7%), assistiu-se a uma despesa efectiva de 669 milhares de patacas.

	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Despesa efectiva	2013 Execução (%)
Habitação Pública	2,323,981	2,724,046	1,035,510	38.0
Instalações e equipamentos dos serviços públicos	877,654	901,216	472,363	52.4
Instalações e equipamentos de cultura	165,545	180,308	78,615	43.6
Estudos e planos	227,366	312,929	167,294	53.5
Tratamento de Águas Residuais e Resíduos	933,463	916,234	482,848	52.7
Instalações sociais	592,033	619,674	293,089	47.3
Instalações e equipamentos de segurança	702,831	663,197	250,857	37.8
Infra-estruturas e equip. urbanísticos	288,264	295,585	39,479	13.4
Planeamento e desenvolvimento Urbanístico	1,348,196	1,302,997	191,443	14.7
Instalações e Instalações complementares de transportes marítimos	787,784	802,027	333,441	41.6
Instalações e Instalações complementares de transportes aéreos	18,200	18,200	669	3.7
Instalações e equipamentos de estacionamento	71,660	88,831	19,619	22.1
Instalações e Equip. de Educação	710,360	791,769	415,447	52.5
Instalações e Instalações complementares de transportes terrestres	5,937,765	5,767,934	2,110,192	36.6
Instalações e equipamentos dos correios e comunicações	9,000	9,085	5,524	60.8
Instalações e Equip. Sanitários	708,469	766,138	333,323	43.5
Projecto de cooperação transfronteiriça Hengqin	1,299,627	970,459	679,459	70.0
Instalações e equipamentos de protecção ambiental	11,000	10,119	1,370	13.5
Ordenamento ambiental	37,079	50,511	28,106	55.6
Instalações e equipamentos desportivos e recreativos	581,508	562,151	94,463	16.8
Subtotal	17,631,783	17,753,410	7,033,110	39.6
Dotação concorrencial	80,000	2,980	0	0.0
Dotação provisional	200,000	0	0	0.0
Total	17,911,783	17,756,390	7,033,110	39.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No domínio dos programas que excederam 100 000 milhares de patacas do Orçamento autorizado, registou-se um total de 28 programas, dos quais, o “*Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos*” foi o que reflectiu o maior valor no programa “*Instalações e instalações complementares de transportes terrestres*”, cifrando-se em 3 949 354 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga foi de 1 638 564 milhares de patacas, da qual, a mais elevada foi a destinada à aquisição do metro ligeiro, no valor de 986 693 milhares de patacas, seguida da construção do segmento da Taipa da 1ª fase do sistema de metro ligeiro no valor de 539 900 milhares de patacas.

No âmbito das “Habitações públicas”, dos projectos que excederam 100 000 milhares de patacas do Orçamento autorizado destaca-se: a “Habitação Social em Mong-Há”, a “Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa”, a “Habitação Pública no Seac Pai Van”, a “Habitação Pública no Fai Chi Kei” e a “Habitação Pública no Bairro da Ilha Verde”, cujo Orçamento autorizado perfaz 2 514 034 milhares de patacas, tendo sido a despesa efectiva de 921 866 milhares de patacas, e dos quais, a “Habitação Pública no Seac Pai Van” foi o projecto que registou o valor mais elevado, com 318 939 milhares de patacas, seguindo-se a “Habitação Pública no Bairro da Ilha Verde” e a “Habitação Pública no Fai Chi Kei”, tendo sido efectivamente despendidos 248 537 milhares de patacas e 244 857 milhares de patacas, respectivamente.

Por último, na esfera do programa “*Instalações e equipamentos de educação*”, o Orçamento autorizado do “*Novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin*” traduziu um valor de 682 485 milhares de patacas, tendo-se efectivamente pago 363 528 milhares de patacas, canalizado principalmente para o desenvolvimento do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, incluindo obras de remodelação, bem como os trabalhos relativos a

aquisição de equipamentos. A par disso, o Orçamento autorizado afecto ao “*Projecto de Cooperação Transfronteiriça Hengqin*”, que tinha por objectivo obras de construção, situou-se em 970 459 milhares de patacas, tendo-se efectivamente pago a despesa de 679 459 milhares de patacas.

	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Habitação Pública	2,136,655	2,514,034	921,866	3,230,144	36.7
Habit. Social em Mong Há	443,855	446,816	16,611	167,982	3.7
Habitação Económica no Lote TN27 da Taipa	0	139,285	92,921	384,254	66.7
Habit. Púb. no Seac Pai Van	445,000	660,421	318,939	2,172,854	48.3
Hab. Púb. no Fai Chi Kei	498,225	574,768	244,857	93,174	42.6
Habitação Pública no Bairro da Ilha Verde	749,574	692,744	248,537	411,879	35.9
Instalações e Equip. dos Serviços Públicos	129,525	138,989	115,653	75,156	83.2
Centro de Inspec. de Veícu. Auto. na Taipa	129,525	138,989	115,653	75,156	83.2
Tratamento de Águas Residuais e Resíduos	549,377	561,753	291,369	293,839	51.9
Remoção Automática de Resíduos Sólidos	195,542	207,499	165,047	164,051	79.5
Central de Incineração	178,903	182,906	46,037	41,898	25.2
ETAR de Macau	174,932	171,348	80,284	87,890	46.9
Instalações sociais	463,955	444,963	153,275	6,682	34.4
Lar Idosos Ká Ho / Hosp.Recup. / Cent.Desint.	136,850	113,101	29,696	1,625	26.3
Habit. Púb. no Seac Pai Van - Instalações Sociais	327,105	331,862	123,579	5,057	37.2

	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Instalações e equipamentos de segurança	208,013	205,793	35,599	18,962	17.3
Novo Estab. Prisional	208,013	205,793	35,599	18,962	17.3
Infra-estruturas e equipamentos urbanísticos	159,000	161,380	1,666	0	1.0
Novo Mercado Abastecedor	159,000	161,380	1,666	0	1.0
Planeamento e desenvolvimento urbanístico	1,324,019	1,264,865	184,059	676,937	14.6
Urbanística de Seac Pai Van, Coloane	167,434	152,135	137,802	158,733	90.6
Zona Adm. Posto Front. Macau	263,000	217,847	0	9,464	0.0
Novas Aterros Urbanísticos – Zona A	623,150	623,850	44,884	469,200	7.2
Novas Aterros Urbanísticos – Zona E	270,435	271,033	1,373	39,540	0.5
Instalações complementares de transportes marítimos	722,484	742,195	313,455	412,685	42.2
Novo Terminal Marítimo da Taipa	722,484	742,195	313,455	412,685	42.2
Instalações e Equip. de Educação	653,571	682,485	363,528	5,754	53.3
Novo Campus da UM na Ilha de Heng-Qin	653,571	682,485	363,528	5,754	53.3

	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Instalações complementares de transportes terrestres	5,238,787	5,131,180	1,856,503	1,709,913	36.2
Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos	3,959,345	3,949,354	1,638,564	1,499,038	41.5
Passag. Super. Pedonal Rotunda Istmo Taipa	158,250	158,647	49,191	2,743	31.0
Via Lig. R. C. Term. Colo. P. Ka-Ho	255,534	259,678	45,112	52,146	17.4
Centro Modal de Transportes	653,658	651,501	106,383	155,987	16.3
Reord. Vias do Bairro Pac On Taipa	212,000	112,000	17,253	0	15.4
Instalações e Equip. Sanitários	232,507	228,892	142,024	24,145	62.0
Obra Alt. e Al. Centro Recup. Doenças Infec.	109,500	105,885	105,584	0	99.7
Apetrechamento Complexo Hospitalar	123,007	123,007	36,440	24,145	29.6
Projecto de cooperação transfronteieira Hengqin	1,299,627	970,459	679,459	5,501,100	70.0
Projecto de cooperação transfronteieira Hengqin	1,299,627	970,459	679,459	5,501,100	70.0
Instalações e equipamentos desportivos e recreativos	183,923	183,323	2,339	31,401	1.3
Obras Reconstrução do Pavilhão Mong-Ha	183,923	183,323	2,339	31,401	1.3
Subtotal	13,301,443	13,230,312	5,060,795	11,986,716	38.3
Outros itens	4,610,340	4,526,078	1,972,315	1,962,070	43.6
Total	17,911,783	17,756,390	7,033,110	13,948,787	39.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

1.2.3 Análise por Classificação Económica

	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Despesa efectiva	2012 Despesa efectiva	2013 Execução (%)
Habitacões	2,368,881	2,793,430	1,082,136	3,425,894	38.7
Edifícios	3,971,800	3,892,469	1,394,739	3,981,423	35.8
Estradas e pontes	3,782,867	3,642,014	1,479,157	2,613,843	40.6
Portos	799,705	821,456	374,561	413,608	45.6
Construções diversas	2,259,521	1,945,385	358,781	1,892,692	18.4
Material de transporte	2,234,258	2,226,566	1,065,234	673,815	47.8
Maquinaria e equip.	1,380,205	1,495,461	677,962	378,227	45.3
Outros investimentos	834,546	936,628	600,540	569,285	64.1
Subtotal	17,631,783	17,753,410	7,033,110	13,948,787	39.6
Dotação concorrencial	80,000	2,980	0	0	0.0
Dotação provisional	200,000	0	0	0	0.0
Total	17,911,783	17,756,390	7,033,110	13,948,787	39.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Do Orçamento autorizado em 2013, de 17 756 390 milhares de patacas, a maior dotação foi para os “*Edifícios*”, com 3 892 469 milhares de patacas, enquanto que a menor se destinou ao grupo económico “*Portos*”, com uma dotação de 821 456 milhares de patacas.

Em 2013, face ao ano de 2012, o valor dos pagamentos efectivamente realizados registou uma queda notável. O grupo económico que evidenciou o maior valor de despesas foi “*Estradas e Pontes*”, com 1 479 157 milhares de patacas, seguido dos “*Edifícios*”, com 1 394 739 milhares de patacas.

De realçar ainda que foi atribuída a maior injeção de capital ao grupo económico “*Estradas e Pontes*”. Este grupo compreende diversos projectos, como sejam, o de desenvolvimento do

novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin - Túnel subaquático, construção do segmento entre Macau e a Taipa da 1ª fase do sistema de metro ligeiro, bem como instalações da Urbanização de Seac Pai Van, Coloane.

1.2.4 Análise por Classificação Funcional

	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Serv. gerais da adm. púb.	517,925	560,961	254,319	302,408	45.3
Segurança pública	1,102,539	921,602	229,333	204,924	24.9
Educação	2,088,208	1,789,685	1,090,210	5,571,606	60.9
Saúde	715,604	777,210	340,078	219,564	43.8
Previdência social	482,131	486,784	180,513	53,728	37.1
Habitação	2,361,429	2,761,393	1,037,375	3,427,891	37.6
Out. serv. colect. e soc.	654,639	703,724	180,520	173,630	25.7
Serviços económicos	9,709,309	9,752,052	3,720,761	3,995,036	38.2
Subtotal	17,631,783	17,753,410	7,033,110	13,948,787	39.6
Dotação concorrencial	80,000	2,980	0	0	0.0
Dotação provisional	200,000	0	0	0	0.0
Total	17,911,783	17,756,390	7,033,110	13,948,787	39.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Conforme o quadro anterior, a classificação funcional “*Serviços económicos*” deteve a maior despesa efectiva de 3 720 761 milhares de patacas, respeitantes na sua maioria às despesas de remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos, do Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos, da construção do segmento da Taipa da 1ª fase do sistema de metro ligeiro, do centro de inspecções de veículos na Taipa, e, ainda, do Novo Terminal Marítimo da Taipa.

Seguidamente foram os itens “*Educação*” e “*Habitação*” que registaram um dispêndio efectivo de 1 090 210 milhares de patacas e 1 037 375 milhares de patacas, respectivamente.

1.2.5 Despachos de Escalonamento – Análise de Encargos

Despachos do Chefe do Executivo publicados em 2013

Ano pago	Encargos iniciais assumidos por Desp. de anos anteriores	Encargos assum. após alter. dos Desp. de anos anteriores	Encargos assum. por Desp. public. em 2013	Total	Despesa efetiva	Saldo
		a	b	c=a+b	d	e=c-d
2006	356,416	68,306	-	68,306	68,306	-
2007	385,486	144,761	-	144,761	144,761	-
2008	595,287	572,092	-	572,092	572,092	-
2009	654,037	523,518	-	523,518	523,518	-
2010	1,709,710	1,222,201	-	1,222,201	1,222,201	-
2011	3,336,806	3,140,150	-	3,140,150	3,140,150	-
2012	4,462,336	3,513,047	-	3,513,047	3,513,047	-
2013	239,768	1,556,926	1,493,446	3,050,372	2,144,056	906,316
2014	-	715,729	1,683,609	2,399,338	-	2,399,338
2015	-	89,372	1,073,305	1,162,677	-	1,162,677
2016	-	1,133	699,790	700,922	-	700,922
2017	-	-	286,456	286,456	-	286,456
2018	-	-	240,823	240,823	-	240,823
2019	-	-	223,026	223,026	-	223,026
2020	-	-	228,383	228,383	-	228,383
2021	-	-	228,850	228,850	-	228,850
2022	-	-	234,382	234,382	-	234,382
2023	-	-	197,266	197,266	-	197,266
2024	-	-	17,025	17,025	-	17,025
2025	-	-	17,025	17,025	-	17,025
2026	-	-	17,025	17,025	-	17,025
2027	-	-	7,094	7,094	-	7,094
Total	11,739,847	11,547,234	6,647,504	18,194,738	11,328,130	6,866,608

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Relativamente aos despachos de escalonamento do Chefe do Executivo publicados no ano de 2013,

do total de 166 despachos, 77 prendem-se com a alteração dos anos em que se efectua o pagamento e dos seus valores de escalonamentos publicados em anos anteriores. Por sua vez, os restantes 89 Despachos envolveram encargos a assumir em 2013, cujo valor de adjudicação atingiu 6 647 504 milhares de patacas, distribuídas pelos anos de 2013 a 2027.

Em termos da execução desses escalonamentos em 2013, o total do valor assumido foi de 3 050 372 milhares de patacas, significando uma despesa efectiva de 2 144 056 milhares de patacas.

Despachos do Chefe do Executivo dos anos anteriores que se prendem com os encargos a assumir em 2013 ou nos anos seguintes

Ano	Valores assumidos	Despesa efectiva	Saldo	Saldo acumulado
	a	b	c=a-b	
2007	33,736	33,736	-	-
2008	43,830	43,150	680	680
2009	250,152	192,809	57,343	58,023
2010	208,044	144,574	63,470	121,493
2011	3,112,179	2,937,202	174,977	296,470
2012	7,651,631	6,708,793	942,837	1,239,307
2013	5,738,125	2,820,431	2,917,694	4,157,001
2014	3,525,475	-	3,525,475	7,682,476
2015	1,876,649	-	1,876,649	9,559,125
2016	570,310	-	570,310	10,129,435
2017	59,425	-	59,425	10,188,860
2018	40,239	-	40,239	10,229,099
2019	27,087	-	27,087	10,256,186
2020	10,440	-	10,440	10,266,626
2021	3,156	-	3,156	10,269,782
Total	23,150,477	12,880,695	10,269,782	-

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Pela análise do quadro atrás apresentado, regista-se um total de 157 Despachos do Chefe do Executivo publicados antes de 2013, que se prendem com os encargos a assumir em 2013 ou nos anos seguintes, sendo que os mesmos se estendem entre o ano de 2007 e 2021, envolvendo

adjudicações no montante de 23 150 477 milhares de patacas, tendo sido efectivamente paga a despesa de 12 880 695 milhares de patacas até ao ano de 2013.

Em 2013, o valor dos compromissos assumidos ascendeu a 5 738 125 milhares de patacas, a despesa efectiva rondou os 2 820 431 milhares de patacas, sendo que o valor não liquidado se cifrou em 2 917 694 milhares de patacas, que, em conjugação com os valores históricos acumulados dos encargos assumidos mas não liquidados, resultou um saldo acumulado de 4 157 001 milhares de patacas.

2. Execução orçamental dos Organ. especiais

Nos termos do n.º 1 do artigo 70.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, com as alterações introduzidas pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009, alguns Organismos autónomos, atendendo à especificidade das suas funções, adoptam a contabilidade em regime de acréscimo. Este tipo de organismos exerce essencialmente actividades de concessão de crédito, seguros, investimentos financeiros ou serviços postais.

Para uma distinção mais objectiva, este tipo de Organismos autónomos foi designado por “Organismos especiais”. Até 31 de Dezembro de 2013, os Organismos especiais incluíam os sete Organismos autónomos seguintes:

1. Direcção dos Serviços de Correios
2. Caixa Económica Postal
3. Fundo de Pensões
4. Autoridade Monetária de Macau
5. Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo
6. Fundação Macau
7. Fundo de Garantia de Depósitos

2.1 Resumo

2.1.1 Resultado do exercício dos Organismos especiais

O rendimento agregado de 2013 obtido pelos Organismos especiais atingiu um montante de 12 699 061 milhares de patacas, sendo o gasto agregado de 3 596 848 milhares de patacas, decorrendo daí um saldo agregado no valor de 9 102 213 milhares de patacas.

O referido rendimento agregado resultou nomeadamente do item “*Receitas legais e transferências do OR*” no valor de 6 346 503 milhares de patacas, representando 50% do total, seguido do item “*Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos*” no valor de 6 075 305 milhares de patacas, com 47,8% do total.

Em termos percentuais de gasto agregado, o item com a maior percentagem foi o de “*Despesas com actividades e participações financeiras*” (no valor de 1 359 832 milhares de patacas, com 37,8%), seguidamente, posicionaram-se o das “*Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais*” (no valor de 865 857 milhares de patacas, com 24,1%), o dos “*Gastos e perdas financeiros*” (em 407 064 milhares de patacas, com 11,3%), bem como os resultantes das taxas administrativas comuns compostas pelos itens “*Gastos com o pessoal*” e “*Fornecimentos de terceiros*” (em 885 483 milhares de patacas, representando 24,6% do total).

2.1.2 Comparação com orçamento

Em comparação com o orçamento autorizado, realça-se em 2013 um superavit geral dos Organismos especiais de 9 102 213 milhares de patacas, ou seja, 5,6 vezes o valor autorizado. Como factor principal para este superavit efectivo, que superou o orçamento autorizado, figuram por um lado, os excedentes na cobrança do item “Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos”, mais de 3,2 vezes do valor autorizado, no montante de 4 203 882 milhares de patacas, por outro lado, registe-se o facto de os dispêndios nos itens “Gastos e perdas financeiros” e “Despesas com actividades e participações financeiras” terem sido meramente, de 72,3% e 44,2%, respectivamente.

2.1.3 Comparação com o ano de 2012

Em comparação com o ano de 2012, realça-se um aumento de 34,7% do total do rendimento dos Organismos especiais em 2013, enquanto que o total de gasto registou um acréscimo apenas de 29,5%, fazendo com que se registasse um superavit geral de 2 452 489 milhares de patacas, mais 36,9% face ao ano de 2012. Como factor principal para este incremento figurou o comportamento constante favorável do investimento financeiro do ano de 2013, resultando numa subida significativa dos rendimentos líquidos das aplicações financeiras e investimentos de 2 159 594 milhares de patacas (“Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos” no valor de 5 668 241 milhares de patacas, deduzidos das “Perdas em investimentos” no valor de 3 508 647 milhares de patacas), relativamente ao ano de 2012.

2.2 Execução orçamental do rendimento e gasto dos Organismos especiais

	Notas	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Dados efectivos	2013 Execução (%)
<u>Rendimentos</u>					
Receitas legais e transferências do OR	(1)	4,400,041	4,417,341	6,346,503	143.7
Réditos de vendas e de presta. de serviços	(2)	184,207	184,207	183,757	99.8
Rendim. de aplicações finan. e de investi.	(3)	1,871,423	1,871,423	6,075,305	324.6
Outros rendimentos	(4)	64,337	64,337	93,496	145.3
Rendimentos totais		6,520,008	6,537,308	12,699,061	194.3
<u>Gastos</u>					
Desp. com activi. e compart. financeiras	(5)	1,870,890	1,880,700	1,359,832	72.3
Pens. e out. pres. atri. aos func. e abon. soci.	(6)	963,703	963,703	865,857	89.8
Custo das vendas e das prest. de serviços	(7)	29,383	30,116	22,375	74.3
Gastos e perdas financeiros	(8)	921,023	921,036	407,064	44.2
Gastos com o pessoal	(9)	559,721	573,477	503,856	87.9
Fornecimentos de terceiros	(10)	475,811	468,310	381,627	81.5
Depreciações e amortizações	(11)	60,826	61,326	48,509	79.1
Provisões para riscos diversos		4,560	4,560	1,853	40.6
Outros gastos e perdas	(12)	10,865	10,854	5,876	54.1
Gastos totais		4,896,781	4,914,081	3,596,848	73.2
Resultado do exercício económico		1,623,227	1,623,227	9,102,213	560.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(1) Receitas Legais e Transferências do OR

	Notas	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Rendimento efectiva	2012 Rendimento efectiva	2013 Execução (%)
Receitas administrativas		542,993	542,993	664,152	555,944	122.3
Dot. dos contrat.de conc. p/exp de jogos	(a)	2,475,000	2,475,000	4,266,439	3,594,045	172.4
Contri. e compart. reg. apos. e sobrevi.		1,152,724	1,152,724	1,182,898	1,127,797	102.6
Outras receitas consignadas e compart.		3,673	3,673	4,788	2,918	130.4
Transf. do OR, subsídios e apoios	(b)	225,651	242,951	228,226	72,272	93.9
		4,400,041	4,417,341	6,346,503	5,352,976	143.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Dotações dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos

Com o comportamento constante favorável do sector de turismo e com a contínua retoma económica, verificou-se que em 2013 houve também um crescimento das receitas provenientes do imposto de jogo de Macau, com um aumento de rendimento efectivamente arrecadado relativamente às contribuições das “Dotações dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos” entregues à Fundação Macau. Face às receitas do ano de 2012 no valor de 3 594 045 milhares de patacas, constatou-se um acréscimo de 672 394 milhares de patacas, correspondente a 18,7%.

(b) Transferências do OR, subsídios e apoios

As “Transferências do OR, subsídios e apoios” referem-se essencialmente aos apoios financeiros atribuídos pelo Governo da RAEM aos Organismos especiais. A taxa de execução desta receita foi de 93,9%, em termos de valor, face aos 72 272 milhares de patacas do ano de 2012, constatou-se um acréscimo de 155 954 milhares de patacas, ou seja, 215,8%, o que se

explica essencialmente pela atribuição pela RAEM de uma dotação inicial ao Fundo de Garantia de Depósitos, no valor de 150 000 milhares de patacas.

(2) Réditos de Vendas e de Prestações de Serviços

Notas	2013 Orçamento inicial	2013 Orçamento autorizado	2013 Rendimento efectiva	2012 Rendimento efectiva	2013 Execuçã (%)
Vendas de mercadorias	59,284	59,284	54,397	60,759	91.8
Prestações de serviços	124,923	124,923	129,360	112,714	103.6
(a)	184,207	184,207	183,757	173,474	99.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Réditos de vendas e de prestações de serviços

As receitas cobradas através do item “Réditos de vendas e de prestações de serviços” foram compostas nomeadamente pelas receitas provenientes dos serviços postais, bem como as da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios; as restantes receitas, diminutas, foram obtidas pelos serviços bancários prestados pela Caixa Económica Postal e pela venda de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. A taxa de execução das receitas afectas a este item foi de 99,8%. Relativamente às receitas de 173 474 milhares de patacas do ano de 2012, sofreu um aumento de 10 283 milhares de patacas, ou seja, 5,9%.

(3) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Juros credores e dividendos	1,522,074	1,522,074	3,794,498	2,060,494	249.3
Ganhos em investimentos	333,498	333,498	814,938	1,696,009	244.4
Ganhos cambiais	9,112	9,112	1,458,758	83,742	16,009.2
Outros rendimentos	6,739	6,739	7,111	6,876	105.5
(a)	1,871,423	1,871,423	6,075,305	3,847,122	324.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Na medida em que, em 2013, a situação do investimento financeiro se manteve sempre favorável, assistiu-se a uma subida relativamente considerável em ganho de rendimentos de investimento face ao previsto. A taxa de execução deste item de receita atingiu 324,6% perante o Orçamento autorizado. Face às receitas de 3 847 122 milhares de patacas do ano de 2012, houve um acréscimo de rendimento de 2 228 183 milhares de patacas, correspondente a 57,9%.

(4) Outras Receitas

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Locações	55,258	55,258	47,892	45,066	86.7
Alienações de activos	776	776	121	128	15.6
Doações	104	104	-	-	0.0
Rendimentos diversos	8,199	8,199	45,484	8,379	554.7
(a)	64,337	64,337	93,496	53,572	145.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outras Receitas

Comparativamente ao Orçamento autorizado, a execução do item “Outras Receitas” atingiu em 2013 a taxa de 145,3%, enquanto que, em relação ao montante de 2012 no valor de 53 572 milhares de patacas, averbou um incremento de 39 924 milhares de patacas, o que corresponde a 74,5%.

(5) Despesas com actividades e participações financeiras

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Despesas com actividades	301,025	235,835	52,394	71,934	22.2
Participações financeiras	1,569,864	1,644,864	1,307,438	874,759	79.5
(a)	1,870,890	1,880,700	1,359,832	946,693	72.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Despesas com actividades e participações financeiras

O item “Despesas com actividades e participações financeiras” englobou principalmente, entre outras, as participações financeiras, os apoios financeiros para actividades, as subvenções financeiras e os subsídios e prémios, movimentos efectuados pela Fundação Macau a favor de indivíduos, de organismos privados e de organizações sem fins lucrativos, bem como de outras entidades públicas, verificando-se uma subida, em termos de execução, de 72,3% face ao Orçamento autorizado, sendo que, em comparação com o valor de 2012 de 946 693 milhares de patacas, apresentou um acréscimo de 413 139 milhares de patacas, ou seja, 43,6%, ficando a dever-se maioritariamente ao aumento dos valores autorizados para os planos anuais de actividades e apoios financeiros em relação ao ano de 2012.

(6) Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais	963,703	963,703	865,857	728,687	89.8
(a)	<u>963,703</u>	<u>963,703</u>	<u>865,857</u>	<u>728,687</u>	<u>89.8</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais

As despesas contabilizadas através do item “Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais”, são relacionadas principalmente com o pagamento pelo Fundo de Pensões de pensões de reforma e sobrevivência, bem como com os subsídios, prestações e abonos aos funcionários aposentados ou beneficiários definidos por lei, registando uma taxa de execução de 89,8% em relação ao Orçamento autorizado. Por outro lado, a despesa sofreu um aumento de 137 170 milhares de patacas, mais 18,8% face à do ano de 2012 no montante de 728 687 milhares de patacas. Como razão principal para este aumento figura a subida do número das pessoas aposentadas, bem como a valorização dos vencimentos.

(7) Custo das vendas e das prestações de serviços

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Custo das vendas e das prestações de serviços	29,383	30,116	22,375	27,860	74.3
(a)	<u>29,383</u>	<u>30,116</u>	<u>22,375</u>	<u>27,860</u>	<u>74.3</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Custo das vendas e das prestações de serviços*

O item “*Custo das vendas e das prestações de serviços*” é constituído pelo custo directo da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios, bem como pela venda de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. Em comparação com o Orçamento autorizado, registou uma taxa de execução de 74,3%. Constatou-se nesta rubrica de despesa uma redução de 5 486 milhares de patacas, ou seja, 19,7% face ao valor do ano de 2012 de 27 860 milhares de patacas, o que se justifica pela queda na venda de produtos filatélicos, tendo-se por isso determinado uma descida do respectivo custo.

(8) Gastos e perdas financeiros

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Juros devedores	185,052	292,422	277,851	165,440	95.0
Perdas em investimentos	518,400	518,400	120,033	-	23.2
Perdas cambiais	210,375	98,432	589	168,347	0.6
Outros gastos financeiros	7,196	11,782	8,590	4,688	72.9
(a)	921,023	921,036	407,064	338,475	44.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos e Perdas Financeiros

No domínio das perdas de investimento de 2013, a despesa deste item registou uma taxa de execução de 44,2% comparativamente ao Orçamento autorizado, enquanto que, em relação ao valor deste item no ano de 2012, de 338 475 milhares de patacas, se constatou uma subida de 68 589 milhares de patacas, correspondendo a um incremento de 20,3%.

(9) Gastos com o pessoal

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	Autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Salários e vencimentos	365,199	374,933	335,458	305,529	89.5
Subs., compensa. e outros abonos	53,192	55,090	41,241	40,072	74.9
Contr. p/ previdência, apos. e sobre.	106,530	107,946	102,105	115,271	94.6
Outros gastos com o pessoal	34,799	35,507	25,052	22,339	70.6
(a)	559,721	573,477	503,856	483,212	87.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos com o pessoal

Comparando com o Orçamento autorizado, a taxa de execução do item “Gastos com o pessoal” atingiu 87,9%. Se se tiver por referência o valor do ano de 2012, de 483 212 milhares de patacas, assistiu-se a um aumento de 20 644 milhares de patacas, ou seja, 4,3%, decorrente sobretudo da actualização dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública em 2013, cujo valor do índice 100, de 6 600 patacas passou para 7 000 patacas.

(10) Fornecimentos de terceiros

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Água, electricidade, combustíveis, correio e telecomunicações	17,647	18,190	13,389	12,932	73.6
Segurança, limpeza e condomínio	14,941	15,366	10,655	10,053	69.3
Reparação e conservação	19,746	20,210	10,526	9,465	52.1
Bens de secretaria e outros bens não duradouros	9,412	9,784	4,783	4,804	48.9
Gastos com locações	15,110	14,715	11,690	12,164	79.4
Despesas de representação, recepção e deslocação	11,518	12,068	6,500	7,335	53.9
Pub. e materiais promocionais	22,104	11,973	6,592	14,211	55.1
Disp. com seguros, comissões, consultorias, estudos, apoio técnico e honorários profissionais	35,002	35,355	18,040	14,123	51.0
Encargos diversos	330,333	330,651	299,453	108,683	90.6
(a)	475,811	468,310	381,627	193,770	81.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Fornecimentos de terceiros

Face ao orçamento autorizado, o item “Fornecimentos de terceiros” deteve em 2013 uma taxa de execução de 81,5%. Em comparação com os 193 770 milhares de patacas do ano de 2012, evidenciou um acréscimo de 187 857 milhares de patacas, ou seja, 96,9%, ficando tal evolução a dever-se à subida dos gastos nos “*Encargos diversos*” no valor de 190 769 milhares de patacas, esta rubrica inscreveu principalmente os gastos pagos aos bancos agentes para a emissão de notas, verificando-se em 2013 um aumento de 200 000 milhares de patacas.

(11) Depreciações e amortizações

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Depreciações de bens imóveis	39,117	39,117	34,588	33,647	88.4
Depreciações de maquin., equip. e outros activos fixos	20,436	20,936	13,922	11,462	66.5
Amortizações de activos intangíveis	1,273	1,273	-	-	0.0
(a)	60,826	61,326	48,509	45,109	79.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Depreciações e amortizações

À semelhança do valor do ano de 2012, de 45 109 milhares de patacas, o item “Depreciações e amortizações” de 2013 registou 48 509 milhares de patacas.

(12) Outros gastos e perdas

Notas	2013	2013	2013	2012	2013
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Perdas em alienações de activos	349	357	32	7,501	9.0
Quotas para associações e doações	4,281	4,381	3,090	3,052	70.5
Gastos e perdas diversos	6,235	6,116	2,754	1,676	45.0
(a)	10,865	10,854	5,876	12,230	54.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outros gastos e perdas

No item “Outros gastos e perdas” de 2013, constatou-se um valor de 5 876 milhares de patacas. Em comparação com o montante do ano de 2012, de 12 230 milhares de patacas, assistiu-se a um decréscimo de 6 354 milhares de patacas. A razão principal para este decréscimo figura

não haver em 2013 perdas do abatimento de activos fixos resultantes da mudança das instalações, pelo que se reflectiu uma diminuição das “*Perdas em alienações de activos*” no valor de 7 469 milhares de patacas.

3. Situação de tesouraria da RAEM

3.1 Introdução

Este capítulo é uma parte complementar, centrando-se, nomeadamente, sobre a escrituração dos fluxos de caixa não sujeitos à disciplina orçamental, designados por “Operações de tesouraria”, nos termos do Título V do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009 (Regime de administração financeira pública – RAFP), republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009, bem como, os saldos financeiros anulados referidos no «Regime Jurídico da Reserva Financeira», estabelecido pela Lei n.º 8/2011.

Independentemente das operações respeitarem a dinheiros públicos movimentados por operações orçamentais ou extra-orçamentais, o equilíbrio da equação fundamental de caixa é o seguinte:

CAIXA	
<i>Saldo da gerência anterior</i>	Despesas orçamentais
+	+
Receitas orçamentais	Pagamentos extra-orçamentais
+	+
Recebimentos extra-orçamentais	Saldos dos anos anteriores integrados na reserva financeira
	+
	Saldo para a gerência seguinte
=====	=====
Total do débito	Total do crédito

Cabe aqui salientar que, enquanto as operações extra-orçamentais são contabilizadas por referência

à data em que ocorre o fluxo de caixa, o mesmo sucedendo com as receitas orçamentais, para as despesas orçamentais a equação de caixa observa ainda a existência do “período complementar”, registando o seu pagamento com referência a 31 de Dezembro da respectiva gerência, nos termos do n.º 2 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

3.2 Caixa do Tesouro

3.2.1 Enquadramento geral

Os cofres da Caixa do Tesouro, enquanto instrumentos da contabilidade pública utilizados no âmbito da Direcção dos Serviços de Finanças, são operacionalmente delimitados na sua quase totalidade pelas contas bancárias de tesouraria abertas junto dos bancos agentes: o Banco da China (BOC) e o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

Nos termos das adendas aos respectivos contratos, outorgados a 4 de Maio de 2000, e publicados no Boletim Oficial da RAEM n.º 19, Série II, de 10 de Maio de 2000, ao BOC foi atribuída a função de cofre centralizador da receita pública cobrada (a partir da conta bancária de recebedoria), incumbindo ao BNU o papel de pagador por excelência da despesa do Governo (através da conta bancária de tesouraria).

Por outro lado, e por contrapartida da Conta do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau, compete a esta entidade a gestão dos níveis de liquidez daquelas contas, mantendo-as dentro dos parâmetros devidamente acordados.

Paralelamente, ainda no âmbito da Caixa do Tesouro, existem outras contas domiciliadas quer junto dos bancos agentes, quer de outras instituições bancárias, constituídas por motivos de funcionalidade administrativa, tais como contas de controlo cambial, contas de débito automático das comissões devidas pela RAEM a instituições que prestem serviços de pagamento de impostos *online* ou via rede Jetco, contas de monitorização dos cheques movimentados no âmbito dos planos de participação e apoio pecuniários, ou, ainda, contas auxiliares do Tesouro no exterior.

3.2.2 Situação de tesouraria no final da Gerência

Quadro 3.2.2-A: Resumo da situação de tesouraria da Gerência de 2013

(Unidade: MOP)

Débito		Crédito	
Designação	Total	Designação	Total
Saldo da Gerência anterior	191,122,063,519.41	Despesas orçamentais	59,227,321,957.74
De operações orçamentais		Despesa bruta	59,249,625,025.94
136,505,570,256.43		Reposições abatidas nos pagamentos	-22,303,068.20
De operações extra-orçamentais			
416,493,262.98		Saídas extra-orçamentais	286,893,148,691.49
Saldo devedor	199,018,734,118.99	Saldo do ano de 2011 integrado na reserva financeira	63,744,784,438.87
Saldo credor	198,602,240,856.01		
Verba específica	54,200,000,000.00	Saldo para a Gerência seguinte	223,800,750,112.63
Receitas orçamentais	155,512,060,404.00	De operações orçamentais	
Entradas extra-orçamentais	287,031,881,277.32	169,045,524,263.82	
		2012	72,760,785,817.56
		2013	96,284,738,446.26
		De operações extra-orçamentais	
		555,225,848.81	
		Saldo devedor	228,780,257,019.85
		Saldo credor	228,225,031,171.04
		Verba específica	54,200,000,000.00
Total do débito	633,666,005,200.73	Total do crédito	633,666,005,200.73

Tal como já fora referido na secção dedicada à execução orçamental, a situação da RAEM continua largamente superavitária em termos de recursos de caixa próprios, ainda que, nos termos do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reserva Financeira da Lei n.º 8/2011, tivessem sido transferidos os saldos dos anos económicos anteriores a 2011 para as “*Reserva financeira*”, no valor de 63 740 000 milhares de patacas, os saldos orçamentais no final do ano económico de 2013 atingiram ainda 169 050 000 milhares de patacas. Adicionando-lhe a verba específica no montante de 54 200 000 milhares de patacas e o valor líquido do somatório dos saldos das restantes contas de operações de tesouraria (de 560 000 milhares de patacas), obteve-se o saldo final, significativamente acima de 223 800 000 milhares de patacas (ver Quadro 3.2.2-A), representando um acréscimo de 17,1% face ao saldo de abertura.

Antes de se passar à análise da movimentação e posição da tesouraria da Região, há que abrir um parêntesis para uma nota técnica ao Quadro 3.2.2-B “Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência”, onde se verificam saldos bancários negativos após reconciliação, situação esta legalmente justificada pela existência de um período complementar e, após reflectidas as despesas efectuadas no período acima referido, gerou-se um saldo contabilístico negativo no depósito da Caixa do Tesouro junto dos respectivos bancos agentes.

Quadro 3.2.2-B: Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência

(Unidade: MOP)

Cofre	Saldo efectivo a 31/12/2013	A acrescentar	A deduzir	Saldo da Gerência finda a 31/12/2013	Saldo da Gerência finda a 31/12/2012
Caixa do Tesouro junto do Banco da China	124,838,308.88	44,822,204.80	2,536,606,359.25	-2,366,945,845.57	-5,086,700,012.31
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		44,822,204.80	2,536,606,359.25		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro junto do Banco Nacional Ultramarino	71,182,270.43	1,272,555,661.88	3,866,677,251.84	-2,522,939,319.53	-2,731,654,998.66
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		0.00	3,846,479,567.28		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		1,272,555,661.88	20,197,684.56		
Caixa do Tesouro-Cauções junto do Banco Nacional Ultramarino	388,510,795.20	73,285,886.95	23,138,879.89	438,657,802.26	353,865,881.97
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		0.00	0.00		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		73,285,886.95	23,138,879.89		
Caixa do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau	227,972,000,000.00	0.00	0.00	227,972,000,000.00	198,406,314,013.84
Caixa do Tesouro junto da Caixa Geral de Depósitos, em Portugal	365,675.47	0.00	0.00	365,675.47	71,681.07
Contas "RAEM-Jetco":					
Banco da China	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Nacional Ultramarino	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Comercial de Macau	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Luso Internacional	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Industrial and Commercial Bank of China (Macau) Ltd.	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Tai Fung	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Weng Hang	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
China Construction Bank	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco da East Asia	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	0.00
<u>Serviço de pagamento electrónico via Caixa Económica Postal (a)</u>	28,982.10	72,097.90	1,080.00	100,000.00	34,353.50
Contas do plano de comparticipação pecuniária (cheques):					
Banco da China	168,563,000.00	0.00	0.00	168,563,000.00	99,605,000.00
Banco Nacional Ultramarino	96,876,600.00	0.00	0.00	96,876,600.00	58,003,400.00
Conta do apoio pecuniário de 2011 (cheques):					
Banco da China	8,623,200.00	0.00	0.00	8,623,200.00	14,131,800.00
Banco Nacional Ultramarino	5,427,000.00	0.00	0.00	5,427,000.00	8,372,400.00
Total (b)	228,836,437,832.08	1,390,735,851.53	6,426,423,570.98	223,800,750,112.63	191,122,063,519.41

Observações:

(a) Pode-se consultar no Quadro F-3 da Parte 4 os dados de ajustamentos dos saldos de 31/12/2012

(b) Além das contas indicadas no mapa, há ainda a acrescentar os seguintes valores (c/ref.^a a 31/12/2013):

Depositados junto do Banco da China:

#01-01-20-78630-8: Conta de descontos	\$22,483.00
#01-01-20-78633-2: Conta de diferenças cambiais.....	\$240,835.89
#01-01-20-78620-1: Conta de recebedoria.....	-\$24.44
#01-01-20-83248-8: Receitas de trânsito.....	\$0.00
#01-01-20-83983-8: Passagem de fundos	\$0.00

Depositados junto do Banco Nacional Ultramarino:

#001-800052-111-4: Conta de descontos.....	\$440,391.00
#001-298893-916-8: Conta de diferenças cambiais.....	\$284,533.47
	<hr/>
	\$988,218.92

Observando agora o Quadro F-1 (“Demonstração, por natureza, das operações de tesouraria processadas através da Caixa do Tesouro durante a Gerência de 2013”) da Parte 4, verifica-se que as rubricas com maior nível de actividade se relacionam com o mecanismo de gestão de liquidez entre os bancos agentes e a Autoridade Monetária de Macau, nomeadamente a “5988 – Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM”, bem como a conta reflexa “Depósito do Tesouro junto da AMCM” (demonstrando os fluxos na óptica da AMCM).

Merece também realce o montante dos saldos associados aos planos de participação e apoio pecuniários, num total cifrado em 283 022 milhares de patacas (conforme resulta do somatório das duas respectivas rubricas inseridas no grupo 2.3.9, do Quadro F-1), cuja execução prossegue ao abrigo dos Regulamentos Administrativos n.ºs 12/2008, 13/2009, 14/2010, 1/2011, 14/2012, 11/2013 (planos de participação instituídos entre 2008 e 2013) e 29/2011 (apoio pecuniário de 2011).

Também a conta “0850 – Diversos – Despesas a liquidar”, sob o grupo 2.4.9 das operações activas de tesouraria apresenta níveis de movimentação que igualmente se destacam, a rondar os 4,3 mil milhões de patacas, em virtude da alteração ao RAFP, introduzida pelo Regulamento

Administrativo n.º 28/2009, nomeadamente à forma de processamento dos créditos orçamentais libertados a favor dos Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa (nos termos do n.º 3 do art.º 49.º e da alínea 3) do n.º 1 do art.º 85.º do RAFP, na redacção que lhe é dada com a sua integral republicação pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009), e dos fundos permanentes concedidos aos Serviços integrados (nos termos do n.º 4 do art.º 47.º e da alínea 3) do n.º 1 do art.º 85.º do mesmo diploma) – ver secção “3.3 – Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA (excluindo a Caixa do Tesouro) ”. Este mecanismo tem a vantagem de melhorar a informação prestada em sede orçamental quanto à execução efectiva da despesa, uma vez que a contabilização das verbas transferidas pela Caixa do Tesouro é feita através de operações de tesouraria, e em contrapartida, na óptica do Tesouro, há lugar ao reconhecimento de um correspondente activo de caixa, visível através do saldo negativo de caixa. Do valor total do activo de caixa apurado no final da gerência para a conta “0850”, cerca de 199 873 milhares de patacas relacionam-se com créditos orçamentais libertos a favor dos serviços e organismos dotados de autonomia administrativa, o que se consubstancia num acréscimo de 6 738 milhares de patacas comparativamente ao ano de 2012.

Na sequência do processo desencadeado pela DSF, em 2010, no sentido de centralizar gradualmente, junto da Caixa do Tesouro, as cauções administradas pelos Serviços integrados, as contas inseridas no grupo 2.3.5 são das que apresentam uma maior alteração quer em termos estruturais, quer quantitativos, observando-se, por outro lado, um forte influxo de fundos derivado de acções no âmbito do PIDDA (179 860 milhares de patacas), sendo que o saldo final se situou em 389 274 milhares de patacas, o que acaba por justificar, na quase totalidade, o próprio saldo do grupo em questão, que atinge os 438 656 milhares de patacas, ou seja, praticamente um aumento de 84 790 milhares de patacas em relação a 2012.

Uma outra conta mais relevante, no seio das operações afectas à Caixa do Tesouro, diz respeito ao processamento de descontos nos vencimentos por retenção na fonte, cuja movimentação de entrada/saída se situou em níveis próximos dos 830 000 milhares de patacas. Tal como em 2012, para aqueles fluxos contribuíram significativamente os descontos obrigatórios para o Fundo de Pensões, destacando-se a conta “5903” com fluxos no valor dos 300 404 milhares de patacas (mais 5,4%, face a 2012), resultantes de contribuições para efeitos de aposentação e sobrevivência, retidas nos vencimentos ao abrigo, respectivamente, da alínea a) do n.º 5 do artigo 259.º, e do n.º 7 do artigo 271.º, ambos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, bem como a conta “0994” relativa ao Fundo de Previdência, na ordem de 197 000 milhares de patacas, em movimentações provenientes de descontos calculados nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2006, e retidos na fonte aos trabalhadores conforme disposto no ponto 1 do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Também existe a rubrica “5995” do Imposto Profissional, cujos fundos respeitam a descontos sobre os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública processados através da Caixa do Tesouro (e retidos na fonte ao abrigo do n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pela Lei n.º 2/78/M, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2003), totalizando 180 565 milhares de patacas em entradas e 175 052 milhares de patacas em saídas, correspondendo o saldo final em cofre às importâncias dos descontos do quarto trimestre, a remeter pela DSF à entidade patronal dos respectivos trabalhadores, que posteriormente as entregam na Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau (até ao limite da data fixada no n.º 2 do artigo 34.º do mesmo Regulamento).

Embora de carácter facultativo, os descontos relacionados com o adiantamento de vencimentos registaram um decréscimo no valor de 2% face ao ano de 2012, atingiram as 112 365 milhares de

patacas, remetidos pela DSF à CEP (no valor de 86 425 milhares de patacas - movimentadas através da conta “0702”), ao Montepio Geral de Macau (no valor de 17 471 milhares de patacas, via “0706”) e à Obra Social da PSP (no valor de 8 469 milhares de patacas, via “0718”).

De entre as operações extra-orçamentais mais relevantes, constam ainda as execuções fiscais, cujo saldo final foi de 23 116 milhares de patacas, representando um aumento de 24,2% comparativamente a 2012.

Por último, mencionam-se os valores selados (estampilhas fiscais), sob a responsabilidade da Caixa do Tesouro (Recebedoria da Repartição de Finanças), e cuja situação se resume:

(Unidade: MOP)

	Total
Saldo inicial	17,263,072.00
Somar: entradas	11,120,000.00
Subtrair: saídas	7,428,790.00
Saldo final	20,954,282.00

3.3 Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA

(excluindo a Caixa do Tesouro)

O objectivo desta secção é, excluindo-se a Caixa do Tesouro, apresentar a situação de tesouraria dos restantes serviços do Sector Público Administrativo (SPA), seguindo basicamente a metodologia estabelecida no ano de 2011, contemplando igualmente os fundos permanentes, atribuídos por conta de dotações do orçamento da RAEM e geridos pelas comissões administrativas.

O Quadro F-3 da Parte 4 fornece uma visão global dos cofres do SPA, apresentando o saldo verificado no final da Gerência de 2012 e 2013, justificando, ainda, as correcções ao saldo final de 2012 do SPA.

No seu conjunto, os Serviços com autonomia administrativa, acumulavam em depósito, no final de 2013, um montante de 247 237 milhares de patacas, enquanto os Serviços integrados, registavam um valor de 296 106 milhares de patacas, destacando-se os depósitos afectos à DSAT e à DSSOPT, os quais respeitam essencialmente a receitas em trânsito e cauções entregues por terceiros à Administração, como garantia da prestação das respectivas obrigações contratuais.

De facto, as cauções ocupam um peso em termos de valores depositados junto dos serviços centrais, de 29,3% do total dos dinheiros no cofre daquelas entidades (ver grupo “2.3.5” do Quadro F-4). É de notar ainda que o saldo das “Receitas em trânsito a liquidar” (grupo “2.3.6”) e a entregar posteriormente à Recebedoria da DSF, evidenciou 147 034 milhares de patacas, enquanto as receitas em trânsito a liquidar pelos serviços exibiram um valor superior a 2 mil milhões de patacas, destacando-se as receitas administradas pelas seguintes entidades:

- DSAT: 651 802 milhares de patacas;
- DSE: 525 109 milhares de patacas, das quais o imposto de consumo foi de 503 208 milhares de patacas;
- Serviços dos Registos e do Notariado: 502 816 milhares de patacas;
- DSFSM: superiores a 181 687 milhares de patacas, das quais as receitas cobradas nos termos do Código da Estrada foram de 120 250 milhares de patacas.

Ainda no seio dos Serviços centrais realçam-se os movimentos relacionados com a utilização de fundos permanentes (no caso dos Serviços integrados) e de créditos orçamentais (Serviços com autonomia administrativa) libertados pela Caixa do Tesouro através da conta “0850 – Diversos – Despesas a liquidar”:

	MOP
Saldo inicial na posse dos serviços (após correcções)	193,134,650.88
+ os fundos atribuídos na Gerência	4,277,186,490.76
– as reposições, junto da Caixa do Tesouro, dos fundos não utilizados pelos serviços (incluindo o saldo inicial)	(4,270,446,769.59)
Obtém-se o saldo final na posse dos serviços	<u>(a) 199,874,372.05</u>

(a) O saldo final na posse dos serviços apresenta o desdobramento abaixo indicado:

Serviço	MOP
DECM – Lisboa	1,293,172.37
DECM – União Europeia	322,931.14
Delegação da RAEM em Pequim	3,901,060.50
DECM – OMC	516,788.36
Delegação Económica e Cultural de Macau	1,997,083.16
Dir. dos Serviços de Educação e Juventude	128,483,799.56
Estabelecimento Prisional de Macau	26,997,945.29
Serviços de Alfândega da RAEM	1,145,120.39
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	19,256,663.19
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	8,957,793.05
Instituto do Desporto	1,894,897.26
Instituto Cultural	5,105,591.30
Outros (respeita a serviços que gozaram de fundos permanentes)	1,526.48
Total	<u>199,874,372.05</u>

Quanto aos Organismos autónomos, a actividade de caixa é reflectida quase na totalidade sob as operações orçamentais, evidenciando-se aqui o resumo das principais naturezas dos seus fluxos de caixa agregados:

	MOP
Saldo orçamental transitado da Gerência anterior	18,221,133,672.47
+ Receitas do corrente ano (excluídos os saldos transitados anteriores)	28,355,722,039.62
- Despesas do corrente ano (líquidas de reposições abatidas nos pagamentos)	(18,300,875,946.36)
Obtém-se o saldo orçamental do corrente ano	<u>28,275,979,765.73</u>

Das operações extra-orçamentais destacam-se os depósitos do Fundo de Segurança Social, respeitantes essencialmente a operações de tesouraria no âmbito das Contas individuais de previdência, cujo valor no final da Gerência se situou em 8 154 753 milhares de patacas.

3.4 Situação global de tesouraria do SPA

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 70.º do Regime de Administração Financeira Pública, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009, ficam sujeitos ao regime de acréscimo os Organismos autónomos que pela especificidade das suas funções tenham de utilizar tal regime na elaboração do seu orçamento e contas, nomeadamente, a Autoridade Monetária de Macau, a Caixa Económica Postal, a Direcção dos Serviços de Correios, o Fundo de Pensões, o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, a Fundação Macau e o Fundo de Garantia de Depósitos. Desta forma, aqueles Organismos especiais são excluídos do presente capítulo, ao abrigo dos n.ºs 4 e 7 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 121/2011.

A posição de caixa do SPA da RAEM, no final da Gerência de 2013, cifra-se em 261 034 580 milhares de patacas, o que representa um acréscimo de 20,7% face a 2012. Aquele saldo é composto essencialmente por recursos próprios (i.e. os saldos da execução orçamental), os quais ascenderam a 197 321 504 milhares de patacas, representando os dos Organismos autónomos, 14,3% desse valor.

4. Dados adicionais (mapas)

Visando a apresentação de outros dados sobre a situação da execução orçamental numa forma mais clara, apresentamos neste capítulo mapas adicionais de forma a facilitar aos utilizadores deste relatório a sua análise e estudo.